

ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

68



CAMPINAS, NOVEMBRO DE 2014



CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DE MUNICÍPIOS DO PROJETO URBISAMAZÔNIA NO PARÁ

**ROBERTO LUIZ DO CARMO
RICARDO S. DAGNINO
SAMIRA EL SAIFI
MARCIO B. CAPARROZ
CARLA CRAICE**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. José Tadeu Jorge – Reitor



Pró-Reitorias

Prof. Dr. Luis Alberto Magna - Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Rachel Meneguello - Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Gláucia Maria Pastore - Pró-Reitor de Pesquisa

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars- Pró-Reitor de Desenvolvimento
Universitário

Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer - Pró-Reitor de
Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dr. Jurandir Zullo Junior



Núcleo de Estudos de População

Drª Estela Maria Garcia Pinto da Cunha- Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob- Coordenador Associado

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Drª Glaucia dos Santos Marcondes

Drª Roberta Guimarães Peres

Drª Margareth Arilha

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Carmo, Roberto Luiz (Org.) et al.

Características demográficas e socioeconômicas de municípios do Projeto URBISAmazônia no Pará / Roberto Luiz do Carmo. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2014.

71p.

(Características demográficas e socioeconômicas de municípios do Projeto URBISAmazônia no Pará, TEXTOS NEPO 68).

1. Demografia regional. 2. Indicadores socioeconômicos. 3. Urbanização. 4. Migração interna. 5. Título. 6. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

T

EXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **sessenta e oito números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr^a Estela Maria Garcia Pinto da Cunha
Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob
Coordenador Associado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
Diálogos sobre o Urbano na Amazônia Contemporânea: Interdisciplinaridade, Multiplicidade de Escalas e Olhar para além de Dicotomias Tradicionais.....	7
Aspectos básicos da dinâmica demográfica	11
Qualidade dos dados de nascimentos e óbitos.....	12
Migração: componente mais dinâmico.....	13
Os 31 municípios paraenses selecionados no Projeto.....	14
Desmembramentos municipais	15
Volumes de população e crescimento	20
Grau de urbanização	24
As seis “Cidades-Nós” do Projeto	25
“Cidades-nós” ou “municípios nós”?	25
Contextualização.....	28
Estrutura etária e razão de sexo	29
Crescimento populacional e processo de urbanização	35
Migração.....	37
Conceito e análise dos aspectos socioeconômicos dos migrantes	37
População residente por lugar de nascimento	41
Fluxos migratórios recentes.....	43
Comparação entre migrante e não migrante.....	46
Mobilidade pendular.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES	61

RESUMO

O processo de ocupação recente da Amazônia foi viabilizado pela imigração de população de outras partes do Brasil e do mundo. Os vastos contingentes populacionais que chegaram somaram-se aos moradores anteriores, grande parte formada por indígenas que residem na Amazônia atualmente, e criaram redes, e em alguns casos reproduziram organizações de sociabilidade. Com foco voltado para 31 municípios do centro sul do Pará, este texto sintetiza parte dos resultados obtidos pela equipe do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó participante do projeto URBISAmazônia. A partir dos dados dos Censos Demográficos brasileiros foi realizada uma análise sociodemográfica geral e um detalhamento dos indicadores e dos processos sociais nas seis principais cidades, aqui consideradas “cidades-nós”: Marabá, Parauapebas, São Félix do Xingu, Altamira, Santarém e Itaituba. O enfoque será direcionado para as análises sobre migração, ocupação e condições socioeconômicas nos municípios.

Palavras-chave: Demografia regional. Indicadores socioeconômicos. Urbanização. Migração interna.

ABSTRACT

The process of recent occupation of the Amazon was made possible by the immigration of people from other parts of Brazil, and the world. The vast population contingents arrived were added to the previous residents, formed largely by native currently residing in the Amazon, and created networks, and in some cases reproduced sociability organizations. Focusing facing 31 municipalities of south-central Pará, this text summarizes some of the results obtained by the Center for Population Studies Elza Berquó participant URBISAmazônia project team. From the data of Brazilian Censuses general socio-demographic analysis and a breakdown of social indicators and processes was conducted in six major cities, here considered "city nodes": Marabá, Paraupebas, São Félix do Xingu, Altamira, Santarém and Itaituba. The focus will be directed to the analysis of migration, occupation and socioeconomic conditions in the municipalities.

Keywords: Regional demography. Socioeconomic indicators. Urbanization. Internal migration.

APRESENTAÇÃO

Diálogos sobre o Urbano na Amazônia Contemporânea: Interdisciplinaridade, Multiplicidade de Escalas e Olhar para além de Dicotomias Tradicionais

Ana Cláudia Duarte Cardoso (Universidade Federal do Pará)
Antonio Miguel Vieira Monteiro (Instituto Nacional de Estudos Espaciais)

"Sem cidades, seríamos todos pobres", disse Jane Jacobs (1970) décadas atrás. Nos anos 90, a grande geógrafa Bertha Becker já nos alertava que era preciso levar a sério a *agenda urbana* se de fato quiséssemos pensar as políticas socioambientais para a região Amazônica. Bertha (1995) cunhou o termo *floresta urbanizada*, como parte da boa provocação, aquela que chama para a discussão, na esperança de que os tempos estavam prontos para moldar o debate. Não estavam. Muitos anos se passaram e a existência, ainda hoje, de poucos estudos teórico-conceituais consistentes e criativos que possam iluminar o debate sobre a natureza do *fenômeno urbano* na Amazônia, a despeito de uma crescente e importante produção técnica na caracterização do *fato urbano*, traz como consequência a presença apenas tangencial da temática nas agendas para as políticas públicas no espaço regional. No entanto, foram os intensos processos de urbanização das décadas passadas que produziram um grande conjunto de formas urbanas muito além das cidades e vilas. Várias outras formas socioespaciais de organização de núcleos populacionais, se aninharam em diferentes concentrações de comércio e serviços espalhadas por todo o espaço regional. Neste contexto, a infraestrutura urbana e os serviços sociais foram estendidos de regiões metropolitanas para os municípios de médio porte e destes para os de pequeno porte e suas cidades, vilas e para seus outros arranjos socioespaciais, produzindo uma reconfiguração no espaço regional com relações que não aderem mais ao tradicional modelo cidade/campo ou urbano/rural.

Então, em 2000, através de convite do Professor Daniel Hogan, foi possível aproximar pela primeira vez, o universo metodológico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) com os estudos populacionais, em mesa por ele organizada na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), que discutia População e Ambiente em diversos contextos e abria, assim, um diálogo direto que se consolidaria ao longo dos anos. Através dele, o NEPO tornou-se um *hub*, um nó importante, onde foi possível encontrar muitos outros pontos de contato. No GT-População e Ambiente (hoje População, Espaço e Ambiente) encontramos Roberto Monte-Mór e os trabalhos de George Martine, e nos encontros da ABEP muitos outros. Bertha e Daniel partiram, mas com sua

estatura, nos deixaram uma visão mais ampla do horizonte, e ferramentas para prosseguirmos nesta aventura de desvendar o que significa o *urbano* na Amazônia¹.

Assim, já em 2001, dentro do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR, em Foz do Iguaçu, o INPE promove uma Mesa Redonda denominada *A Urbanização na Amazônia*. Nesta mesa Bertha Becker e Roberto Monte-Mór expuseram suas hipóteses e teorias sobre o urbano, as cidades e o urbano amazônico em particular, iniciando uma conversa que nos alimentou até conseguirmos reunir em uma *Oficina Exploratória*, realizada em Setembro de 2009, na sede do INPE em São José dos Campos um time de peso. Estavam ali juntos grupos que por vários anos, assumiram, direta ou indiretamente, o *Urbano* como objeto de reflexão, em particular sua variante Amazônica. Um grupo de economistas regionais e urbanistas ligados ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um grupo de demógrafos ligados ao Nepo/Unicamp, um grupo de modelagem computacional com base na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), um grupo de modelagem estatística sediado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), um grupo de urbanistas e cientistas sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA), um grupo de sensoriamento remoto de florestas tropicais do INPE-Amazônia, um grupo de economistas urbanos e urbanistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), um grupo de clima e saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-RJ) e um grupo de sistemas urbanos, padrões e processos do INPE. Desta forma, foram necessários 10 anos, muita estrada, toda esta gente e muitas e boas conversas para tecer a trama da rede que deu origem ao Projeto URBISAmazônia². Este projeto³ procura abrir diálogos, nas fronteiras entre campos disciplinares distintos, em busca de qualificar e preencher lacunas em nossa compreensão da estrutura e funcionamento do *fenômeno urbano* na Amazônia contemporânea dentro de um quadro conceitual que aceita a hipótese da urbanização extensiva, e reconhece como urgente a articulação entre as agendas econômicas propostas para a região, as escalas das cidades e aquela das redes de vilas tradicionais, comunidades, acampamentos e pequenas aglomerações situadas nas áreas de conversão da floresta. Neste encontro de várias escalas e de seus circuitos está a gênese de formação do *urbano Amazônico*.

Com a logística e a mineração aquilo que Santos (1979) chamou do *circuito superior da economia urbana* foi constituído e consolidado. Seus atores e estratégias e suas estruturas e conexões condicionaram os padrões e os processos em uma fronteira urbana móvel, caracterizada por suas relações de conectividade. Estes projetos prescindiam da compreensão dos circuitos

¹ O mais recente lançado de Becker: *A Urbe Amazônica – Entre a Floresta e a Cidade*. Garamond, 2013.

² Projeto URBISAmazônia: Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico. Apontamentos para um Diálogo com Políticas Públicas Climáticas e Ambientais Consequentes para a Região. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php>>.

³ Sobre o projeto, ver também Monteiro e Cardos (2012).

econômicos menores, associados ao universo urbano em formação e às dinâmicas tradicionais da região. Era preciso compreender estes *circuitos*.

Para o *circuito superior*, a conexão com os economistas do CEDEPLAR nos permitiu compreender melhor, na escala macro, a economia da região, mesmo que ainda dentro de um referencial neo-clássico e aplicar a ela ferramentas da macroeconomia, com modelos e simulações alimentados por dados empíricos e informações locais, cujos resultados nos instigam cada vez mais a compreender melhor a sociedade que está se formando nas áreas que receberam grande projetos e investimentos milionários públicos e privados nas últimas décadas. Com o CEDEPLAR e a economia urbana da FGV-SP, pudemos também observar em um olhar que chamamos de meso-escala, as novas centralidades na região e as situações relacionadas aos gradientes de transformação dos usos da terra no Pará e sua conversão a terra urbana. A aproximação dessa realidade contou sempre com a contribuição das equipes da UFPA, do Instituto Tecnológico Vale-Desenvolvimento Sustentável em Belém, do NEPO, do INPE Amazônia, da FIOCRUZ e do INPE em São José dos Campos, que com as experiências e vivências acumuladas na investigação da região iluminaram as discussões teóricas levantando novas frentes de investigação a cada vez que apontavam situações que nem sempre correspondiam aos cenários criados a partir dos modelos, métodos de observação remota, técnicas de análise espacial e outros meios de observação e representação da evolução das cidades e do urbano no espaço regional.

Na medida em que a pesquisa avançou, estamos no terceiro ano do projeto, que efetivamente teve seu início em janeiro de 2012, com pesquisas de campo, discussões teóricas e exploração de dados de campo primários, dados censitários e de modelagem e simulações, tornou-se clara a pertinência da formulação sobre os *circuitos superior e inferior da economia urbana*. Assim como foram se confirmando as hipóteses sustentadas na tese de Roberto Monte-Mór (1994; 2004) sobre a manifestação da urbanização extensiva na Amazônia, e que o urbano é um substantivo, na medida em que populações urbanas e rurais vivem sob a égide da racionalidade industrial e do consumo.

Desse modo o URBISAmazônia constituiu-se genuinamente como um robusto painel alimentado por diferentes olhares disciplinares, e coube aos demógrafos desvendar a operação de processos fundamentais. Como nas áreas de estudo se relacionam migração e informalidade? Quem são e o que fazem os migrantes? O que aconteceu com os nativos que em alguns municípios se tornaram minoria no horizonte de uma década? Como os investimentos realizados na região podem ser detectados na escala local?

As respostas a essas perguntas são alimentadas pelas análises expostas nesta edição dos Textos Nepo, desenvolvidas pela equipe coordenada pelo demógrafo e sociólogo Roberto do Carmo,

que internamente reproduz o arranjo multidisciplinar que é marca do projeto. A presença na equipe do geógrafo Ricardo Dagnino, do estatístico Marcio Caparroz, da cientista política Samira El Saifi, e da cientista social Carla Craice, todos pós-graduandos da Demografia (Nepo/Unicamp), viabilizou ensaios e análises inovadores para o URBISAmazônia e para todos os atores sociais comprometidos com a geração de equidade social e ambiental na região.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DE MUNICÍPIOS DO PROJETO URBISAMAZÔNIA NO PARÁ

Aspectos básicos da dinâmica demográfica

Equação compensadora

Os estudos demográficos baseiam-se num tripé formado por análises de mortalidade, natalidade e migração, fatores que compõe a chamada Equação compensadora (Figura 1). Essa equação resume os principais fatores que estão envolvidos no crescimento populacional.

FIGURA 1 – Equação compensadora nos estudos demográficos

$$P^f = P^i + \underbrace{N - O}_{CV} + \underbrace{(I - E)}_{SM}$$

P = População no momento inicial (i) e final (f);
 N = Nascimentos no período;
 O = Óbitos do período;
 I, E = Imigração e Emigração do período;

 CV = Crescimento Vegetativo;
 SM = Saldo Migratório.

As características que assumem a mortalidade (óbitos), a natalidade (nascimentos) e a migração (mobilidade espacial da população) em uma realidade social específica, assim como a inter-relação entre esses fatores, constitui o que se denomina de dinâmica demográfica.

Uma questão fundamental dentro dos estudos de população é a unidade espacial da análise. Assim, pode-se em alguns momentos estudar o conjunto do país, ou as Unidades da Federação, os municípios ou os setores censitários. A unidade espacial de análise depende, em grande parte, da fonte de dados que está sendo empregada. A principal fonte de dados sobre população é composta pelos Censos Demográficos, de periodicidade decenal, que permitem que se trabalhe a informação até o nível de setor censitário (conjunto de 200 a 300 domicílios no caso brasileiro). O mais usual, entretanto, é trabalhar essas informações em nível municipal.

Na escala municipal, merecem atenção os casos de desmembramento municipal, que pode gerar perda ou ganho de população entre os levantamentos censitários, e a reclassificação de áreas rurais em áreas urbanas, que causa, em geral, um aumento da proporção da população urbana sem que tenha havido movimento espacial dessa população.

Qualidade dos dados de nascimentos e óbitos

Com relação à parte da Equação compensadora que trata de nascimentos e óbitos é preciso lembrar que os dados devem ser analisados levando-se em conta as deficiências e omissões no registro das informações, principalmente no que diz respeito aos nascimentos e óbitos.

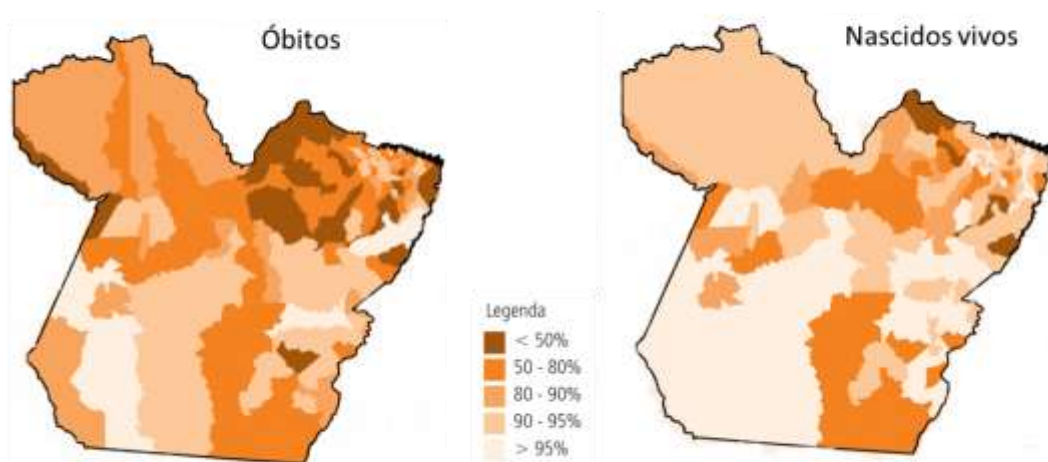
A Região Norte, região onde se localiza a área de estudo deste trabalho, era tida como uma das mais deficientes com relação a qualidade e cobertura de registro de óbitos na década de 1990 (PAES, 2005). Apesar dos avanços na coleta de dados, que fez com que a região, e especialmente o Estado do Pará, passasse de uma posição “deficiente”, em 1990, para “regular”, em 2000, ainda é elevado o grau de imprecisões nos registros da região (lembrando que as outras regiões oscilam entre os conceitos “bom” e “satisfatório”).

O trabalho de busca ativa promovido pelo Ministério da Saúde e apresentado por Szwarcwald et al. (2011) levantou informações recentes a respeito de estatísticas de registro civil em municípios da Amazônia Legal e do Nordeste. Esse levantamento permite captar as diferenças de cobertura entre os municípios e permite estimar um fator de correção que sirva para ajustar a quantidade de nascimentos e óbitos obtidos através de estatísticas de registro vital no nível municipal.

Os mapas da Figura 2 mostram os municípios onde a cobertura de óbitos e nascimentos é maior (tons claros) e onde a cobertura é menor (tons escuros). Percebe-se que tanto a cobertura de óbitos quanto de nascimentos é baixa no sudeste paraense. No caso de São Félix do Xingu a cobertura de óbitos fica na faixa dos 50 a 80%, isso quer dizer que não é realizado registro para até cerca de metade dos eventos.

FIGURA 2 - Distribuição dos municípios segundo a cobertura das informações de óbitos e nascidos vivos. Estado do Pará, 2008

Distribuição dos municípios segundo a cobertura das informações de óbitos e nascidos vivos.
Estado do Pará, 2008



Fonte: Mapa de cobertura de óbitos e nascidos vivos no Brasil em 2008 (SZWARCWALD et al, 2011, p. 93-94)

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Szwarcwald et al. (2011).

Migração: componente mais dinâmico

Neste trabalho, o estudo das migrações permite construir e analisar matrizes migratórias (origem e destino) dos migrantes dos municípios de interesse específico com os demais municípios do Pará e com as demais Unidades da Federação (UFs) do país. Também é possível realizar análises referentes à mobilidade pendular, ou seja, aos deslocamentos realizados por motivo de estudo ou de trabalho em outro município.

As informações provêm dos censos demográficos, em especial dos questionários da amostra. Nos períodos intercensitários, quando ocorrem as Contagens de população, o questionário inclui questões de migração referentes à data do último censo; assim, a Contagem de 2007 trazia questões sobre o Censo 2000. Sobre a Contagem é preciso notar que ela não é realizada em todo território nacional. Existe um critério de corte que determina onde a pesquisa vai ser realizada, que geralmente leva em conta o volume de população no município.

Depois de processados os dados e a partir da identificação dos principais fluxos é possível realizar a caracterização dos migrantes; a comparação entre as características da população migrante e população de não migrantes; além de tentar captar quais as características dos principais municípios de origem, no sentido de buscar indícios sobre formação de redes sociais de migração.

O conceito de migrante depende da variável que se está estudando, porém, independente da variável, é considerado migrante aquele residente que realizou, em algum momento anterior, um movimento de mudança de residência municipal, estadual ou internacional.

As principais variáveis utilizadas para captar os migrantes no censo são: (a) naturalidade, sendo a localidade de nascimento o município, a Unidade da Federação e o país; (b) local de residência há exatos cinco anos da data de referência do Censo, conhecido como data fixa; (c) local de residência anterior, denominado por última etapa, trata do último movimento realizado pelo migrante. Usualmente, esse último movimento é desagregado pelo tempo de chegada ao local de residência atual, entretanto, isso não pôde ser feito ainda por conta de inconsistências nos dados do Censo 2010, cujos resultados ainda estão passando por revisões.

Outra variável que pode ser utilizada é a mobilidade pendular que se refere aos deslocamentos da população ao trabalho e/ou ao estudo sem troca de endereço/residência; ou seja, dinâmica de mobilidade espacial conhecida por mobilidade pendular, que não inclui a migração. Essa variável é uma medida das distâncias (entre o município de residência e de trabalho/estudo) e, para o caso do Censo 2010, dos tempos gastos nos transporte ao trabalho/estudo.

Utiliza-se o termo mobilidade, pois é mais amplo do que o termo “migração pendular” e também devido ao fato de que esse movimento pendular não é migração, dado que não há mudança de endereço/residência.

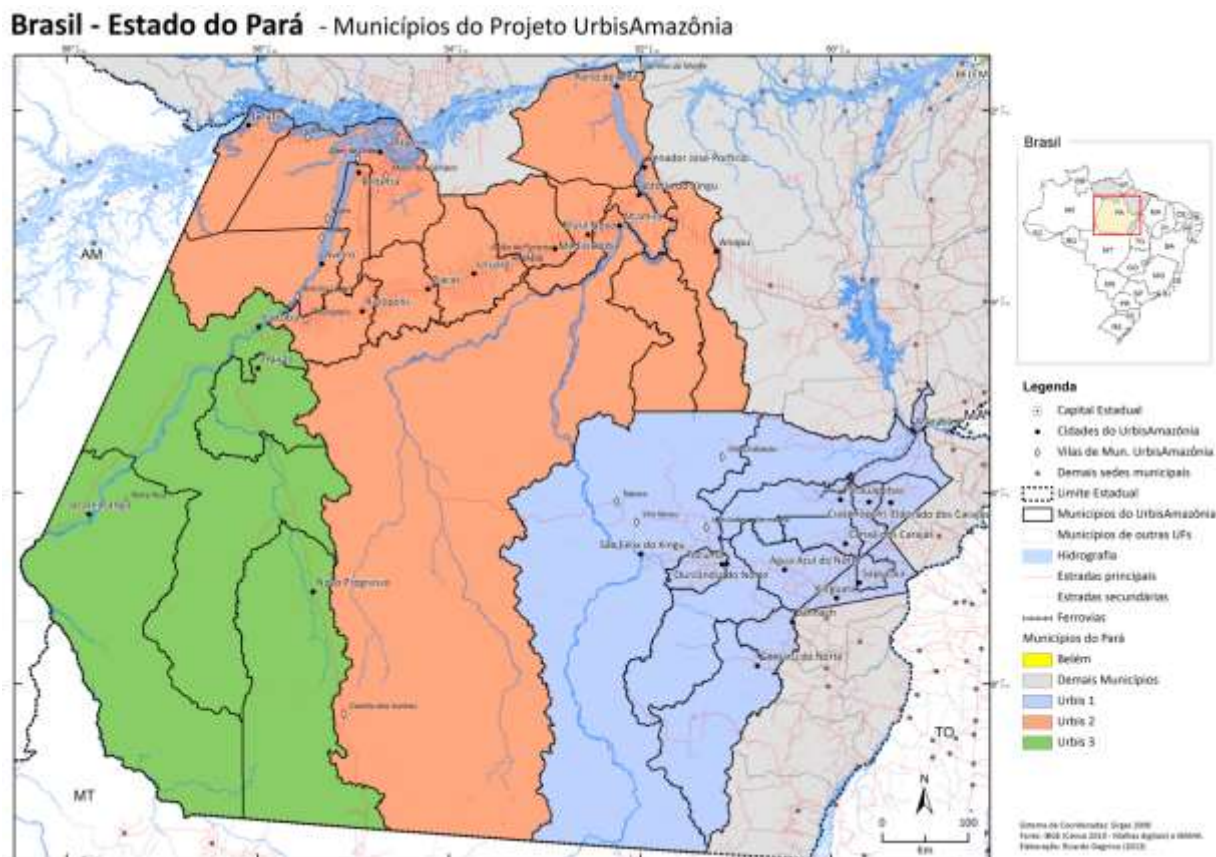
Os 31 municípios paraenses selecionados no Projeto

Este item trata dos volumes de população e do crescimento demográfico experimentado nas últimas décadas nos municípios do Estado do Pará. Estes números referem-se à população rural, população urbana e população total. Também é analisada a composição etária da população e o grau de urbanização.

Os municípios do Projeto URBISAmazônia foram divididos em três grupos, de acordo com a área de estudo (Figura 3):

- Urbis 1: Água Azul do Norte, Bannach, Canaã dos Carajás, Cumaru do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara.
- Urbis 2: Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Juruti, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.
- Urbis 3: Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão

FIGURA 3 – Municípios do Pará e Municípios do Projeto URBISAmazônia



Desmembramentos municipais

Antes de passarmos aos dados de cada conjunto de municípios é necessário ter em conta a evolução da divisão territorial dos municípios do Pará. Em uma análise por ano censitário, percebe-se que em 1970 e 1980 havia 83 municípios, em 1991 eram 105 e em 2000 eram 143, permanecendo assim em 2010.

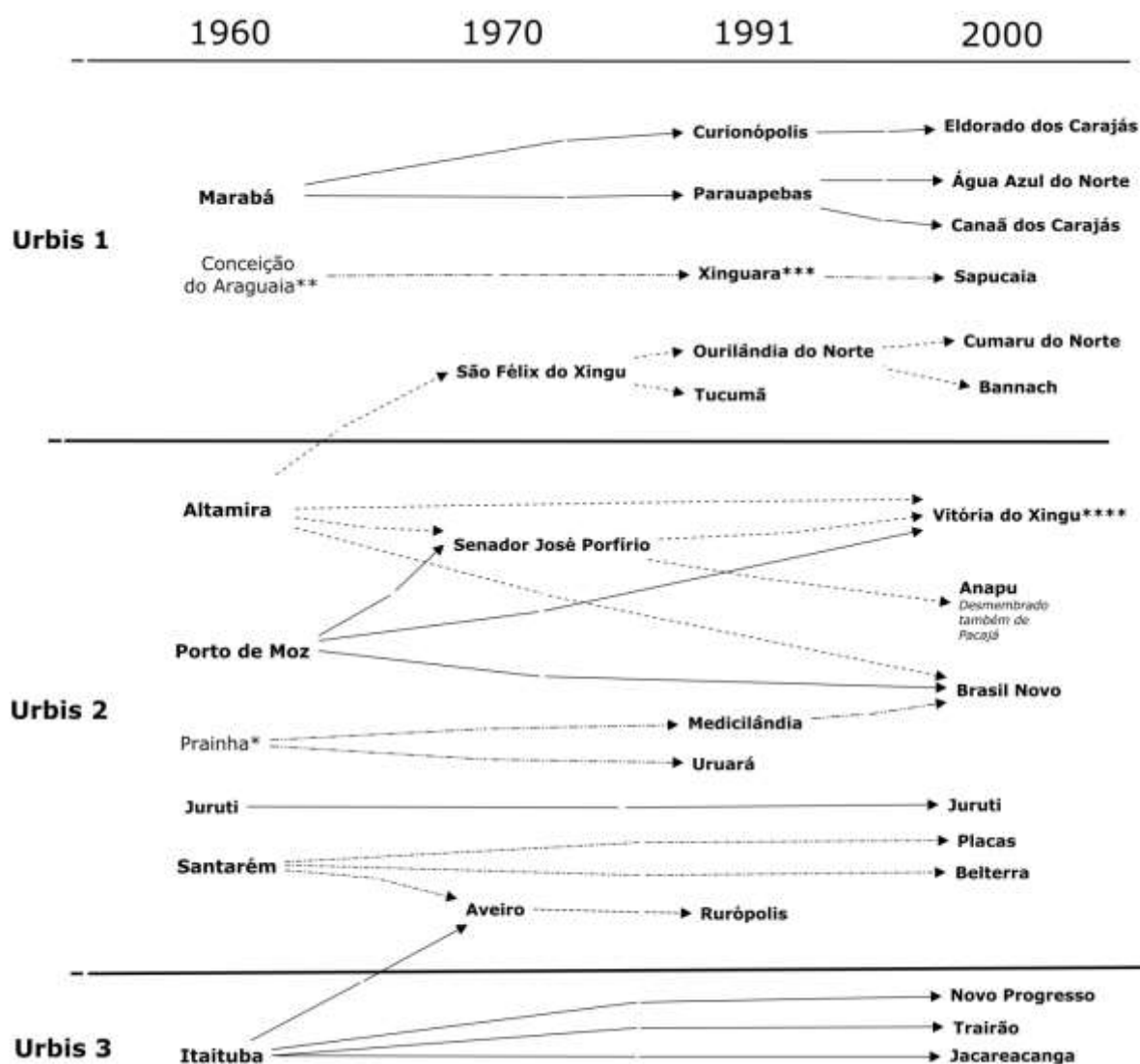
Esse aumento tem implicações na distribuição da população em novos limites administrativos, fazendo com que seja necessário incorporar à análise a perda ou ganho de população por desmembramentos e por redefinições de limites municipais. Essas redefinições têm diversas implicações: na área espacial do município e no volume da população, que afetam os cálculos da densidade demográfica; nas taxas de crescimento; na distribuição da população entre situação rural e urbana; entre outras.

A Figura 4 apresenta um diagrama evolutivo de criação e desmembramentos dos municípios do projeto URBISAmazônia entre 1970 e 2000; lembrando que nos períodos entre 1970-1980 e 2000-2010 não houve desmembramento no estado do Pará.

Com relação aos municípios dentro do projeto ficam evidentes quatro casos típicos: (a) municípios que foram repartidos em outros, como é o caso de São Félix do Xingu, no Censo 1991; (b)

municípios criados a partir dos desmembramentos de outros, como os municípios derivados da divisão de São Félix do Xingu, no Censo 2000; (c) municípios que foram criados a partir de um único outro município, como Belterra, desmembrado de Santarém no Censo 2000; e (d) municípios criados da junção de parcelas de vários outros, como Vitória do Xingu e Brasil Novo. Tem-se também casos muito específicos relativos ao projeto URBISAmazônia que é o caso do entrelaçamento do Urbis 1 com o Urbis 2 causado pela criação de São Félix do Xingu (Urbis 1) a partir do desmembramento de Altamira (Urbis 2), entre os Censos de 1960 e 1970; e do Urbis 2 e 3 com o desmembramento de Aveiro (Urbis 2), entre 1960 e 1970, a partir de Itaituba (Urbis 3).

FIGURA 4 - Diagrama evolutivo de criação e desmembramento dos Municípios do Projeto URBISAmazônia



Fonte: Elaborado pelos autores com CMapTools baseado no IBGE (2011), exceto quando indicado.

Nota: (*) Municípios que não pertencem ao Projeto URBISAmazônia; (**) Conceição do Araguaia deu origem a mais seis municípios entre 1970 e 2000; (***) Com relação a Xinguará a Lei estadual nº 5028, de 13-05-1982, menciona outra evolução da divisão territorial; (****) SEPOF (2007) e Lei Estadual nº 5.701, 13/12/1991.

Sendo assim, não é tarefa simples reconstituir as populações de todos os municípios que passaram por desmembramentos nas últimas décadas. Desta feita, para o presente trabalho, ficou inviabilizada a recomposição populacional de municípios como Altamira, cujos territórios foram compostos por parcelas de mais de um município. O desmembramento sofrido por este no período entre 1991 e 2000 contribuiu para a composição de dois novos municípios: Brasil Novo e Vitória do Xingu. Contudo, estes dois últimos não foram criados exclusivamente a partir de partes do território de Altamira. No caso de Brasil Novo também houve contribuição de áreas dos municípios de Porto de Moz e Medicilândia, enquanto que no caso de Vitória do Xingu também foram acrescidas áreas oriundas de Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Tome-se o caso, por exemplo, de São Félix do Xingu que entre 1980 e 2000 deu origem a quatro novos municípios. Num primeiro desmembramento, entre 1980 e 1991, São Félix do Xingu deu origem aos municípios de Ourilândia do Norte e Tucumã e, mais tarde, entre 1991 e 2000, Ourilândia do Norte deu origem aos municípios de Cumaru do Norte e Bannach.

A Figura 5 apresenta um gráfico com a genealogia do município de São Félix do Xingu mostrando os sucessivos desmembramentos que seu território sofreu entre os censos demográficos de 1980 e 2010.

Na tabela 1 também é possível analisar a população reconstituída, ou seja, a quantidade de população que viveria no território original de São Félix do Xingu caso não ocorresse nenhum desmembramento. Essa técnica foi utilizada por Correa (2011) e Correa e Carmo (2012) como estratégia para reconstituir a população dos municípios desmembrados a partir da população dos municípios de origem.

TABELA 1 - População reconstituída do território de São Félix do Xingu entre 1980 e 2010

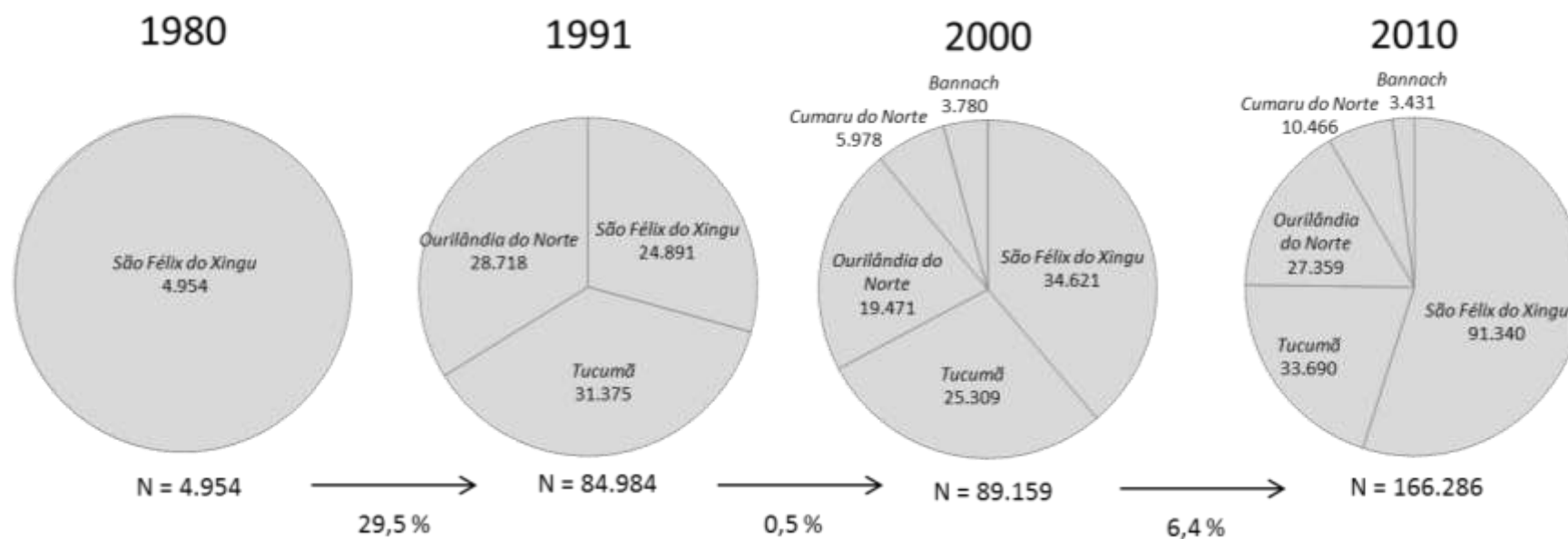
Município	População Residente				População Reconstituída				Taxa de Crescimento (% ao ano)		
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	80/91	91/00	00/10
São Félix do Xingu		24.891	34.621	91.340		24.891	34.621	91.340		3,73	10,19
Tucumã		31.375	25.309	33.690		31.375	25.309	33.690		-2,36	2,90
Ourilândia do Norte	4.954		19.471	27.359	4.954				15,81		
Cumaru do Norte		28.718	5.978	10.466		28.718	29.229	41.256		0,20	3,51
Bannach			3.780	3.431							
TOTAL (sem divisão)					4.954	84.984	89.159	166.286	29,48	0,53	6,43

Fonte: IBGE (2000; 2010a); IBGE (2011).

Nota-se que o crescimento populacional nesse território de origem do município de São Félix do Xingu foi mais intenso entre 1980 e 1991, quando a população passou de 5 mil para quase 85 mil, o que representa uma taxa de 29,5% ao ano. Essa taxa de crescimento superou em muito as taxas de crescimento no Estado do Pará e no Brasil para o mesmo período que foram, respectivamente,

3,46% e 1,93%). Entre 1991 e 2000 e depois entre 2000 e 2010, a população reconstituída de São Félix do Xingu aumentou 0,5% e 6,4% ao ano. Em síntese, isso equivale dizer que se não tivesse ocorrido desmembramentos a população teria aumentado de 5 mil, em 1980, para 166 mil habitantes, em 2010. Porém, chama a atenção que entre 1991 e 2000, quando aquele território teria experimentado um crescimento populacional de 0,5% ao ano, o Brasil cresceu a uma taxa de 1,46 % e o Pará cresceu 2,52% ao ano. Isso mostra que São Félix do Xingu teve, curiosamente, um crescimento abaixo da média nacional e estadual nesse período específico.

Em relação à população do território atual de São Félix do Xingu, tem-se uma população residente, em 1980, de aproximadamente 5 mil pessoas. No Censo 1991 a população passa para quase 25 mil, o que corresponde a uma taxa de crescimento geométrico de 15,8% ao ano entre 1980 e 1991. As taxas de crescimento entre 1991 e 2000, e depois entre 2000 e 2010 permanecem elevadas, respectivamente, 3,7% ao ano e 10,2% ao ano. o que resultou numa população final, em 2010, de 91 mil habitantes.



Como ler o gráfico:

Ano censitário

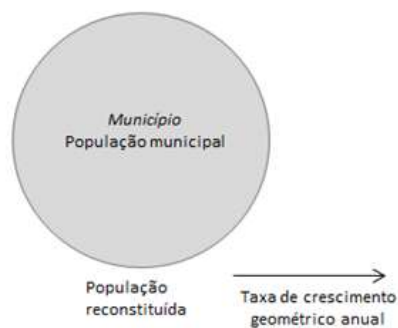


FIGURA 5 - Representação dos desmembramentos de São Félix do Xingu, com população total de cada município, a população reconstituída para cada ano censitário (N) e as taxas de crescimento dessa população, entre 1980 e 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2000; 2010a); IBGE (2011).

Volumes de população e crescimento

No ano 2000 os 31 municípios abrangidos pelo Projeto URBISAmazônia abrigavam uma população de aproximadamente 1,19 milhões de pessoas, o que representava 19,2% da população do estado do Pará. Essa população chegou a 1,52 milhões de pessoas no ano de 2010, cerca de 20,5% da população estadual.

O grupo de municípios do Urbis 1 apresentou o crescimento mais acelerado dentre os três grupos, com 4,5% ao ano, mais do que o dobro da média de crescimento do estado do Pará, o que evidencia a importância da dinâmica econômica da região, principalmente ligada às atividades de mineração, mas também a atividades agropecuárias, como é o caso de São Félix do Xingu, conforme pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 - População total, urbana e rural, taxa anual de crescimento (%) e Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010.

(Continua)

País, Município e UF	População Residente									Grau de Urbanização	
	Total			Urbana			Rural				
	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010
Brasil	169 799 170	190 755 799	1,17	137 953 959	160 925 804	1,55	31 845 211	29 829 995	-0,65	81,2	84,4
Pará	6 192 307	7 581 051	2,04	4 120 693	5 191 559	2,34	2 071 614	2 389 492	1,44	66,5	68,5
Belém	1 280 614	1 393 399	0,85	1 272 354	1 381 475	0,83	8 260	11 924	3,74	99,4	99,1
RMAB-Exceto Belém	875 065	1 122 592	2,52	735 369	927 985	2,35	139 696	194 607	3,37	84,0	82,7
Demais Mun.	2 846 072	3 504 424	2,10	1 405 915	1 849 649	2,78	1 440 157	1 654 775	1,40	49,4	52,8
Urbis 1											
Água Azul do Norte	22 084	25 057	1,27	2 827	4 876	5,60	19 257	20 181	0,47	12,8	19,5
Bannach	3 780	3 431	-0,96	1 189	1 282	0,76	2 591	2 149	-1,85	31,5	37,4
Canaã dos Carajás	10 922	26 716	9,36	3 924	20 727	18,11	6 998	5 989	-1,54	35,9	77,6
Cumaru do Norte	5 978	10 466	5,76	1 374	2 711	7,03	4 604	7 755	5,35	23,0	25,9
Curionópolis	19 486	18 288	-0,63	13 250	12 530	-0,56	6 236	5 758	-0,79	68,0	68,5
Eldorado dos Carajás	29 608	31 786	0,71	14 112	16 578	1,62	15 496	15 208	-0,19	47,7	52,2
Marabá	168 020	233 669	3,35	134 373	186 270	3,32	33 647	47 399	3,49	80,0	79,7
Ourilândia do Norte	19 471	27 359	3,46	9 689	19 913	7,47	9 782	7 446	-2,69	49,8	72,8
Parauapebas	71 568	153 908	7,96	59 260	138 690	8,88	12 308	15 218	2,14	82,8	90,1
São Félix do Xingu	34 621	91 340	10,19	12 530	45 113	13,67	22 091	46 227	7,66	36,2	49,4
Sapucaia	3 796	5 047	2,89	2 682	3 325	2,17	1 114	1 722	4,45	70,7	65,9
Tucumã	25 309	33 690	2,90	16 496	26 907	5,01	8 813	6 783	-2,58	65,2	79,9
Xinguara	35 220	40 573	1,42	26 264	31 492	1,83	8 956	9 081	0,14	74,6	77,6
Urbis 2											
Altamira	77 439	99 075	2,49	62 285	84 092	3,05	15 154	14 983	-0,11	80,4	84,9
Anapu	9 407	20 543	8,12	3 083	9 833	12,30	6 324	10 710	5,41	32,8	47,9
Aveiro	15 518	15 849	0,21	2 980	3 179	0,65	12 538	12 670	0,10	19,2	20,1
Belterra	14 594	16 318	1,12	5 126	6 852	2,94	9 468	9 466	0,00	35,1	42,0
Brasil Novo	17 193	15 690	-0,91	4 371	6 899	4,67	12 822	8 791	-3,70	25,4	44,0
Juruti	31 198	47 086	4,20	10 780	15 852	3,93	20 418	31 234	4,34	34,6	33,7
Medicilândia	21 379	27 328	2,49	6 759	9 559	3,53	14 620	17 769	1,97	31,6	35,0
Placas	13 394	23 934	5,98	3 534	4 854	3,22	9 860	19 080	6,82	26,4	20,3
Porto de Moz	23 545	33 956	3,73	10 230	14 583	3,61	13 315	19 373	3,82	43,4	42,9

País, Município e UF	População Residente									Grau de Urbanização	
	Total			Urbana			Rural				
	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010	Taxa Anual de Crescimento	2000	2010
Rurópolis	24 660	40 087	4,98	8 419	15 273	6,14	16 241	24 814	4,33	34,1	38,1
Santarém	262 538	294 580	1,16	186 297	215 790	1,48	76 241	78 790	0,33	71,0	73,3
Senador José Porfírio	15 721	13 045	-1,85	5 331	6 470	1,96	10 390	6 575	-4,47	33,9	49,6
Uruará	45 201	44 789	-0,09	13 166	24 430	6,38	32 035	20 359	-4,43	29,1	54,5
Vitória do Xingu	11 142	13 431	1,89	3 932	5 362	3,15	7 210	8 069	1,13	35,3	39,9
Urbis 3											
Itaituba	94 750	97 493	0,29	64 486	70 682	0,92	30 264	26 811	-1,20	68,1	72,5
Jacareacanga	24 024	14 103	-5,19	5 670	4 930	-1,39	18 354	9 173	-6,70	23,6	35,0
Novo Progresso	24 948	25 124	0,07	9 628	17 717	6,29	15 320	7 407	-7,01	38,6	70,5
Trairão	14 042	16 875	1,85	3 008	5 679	6,56	11 034	11 196	0,15	21,4	33,7

Fonte: IBGE (2000; 2010a).

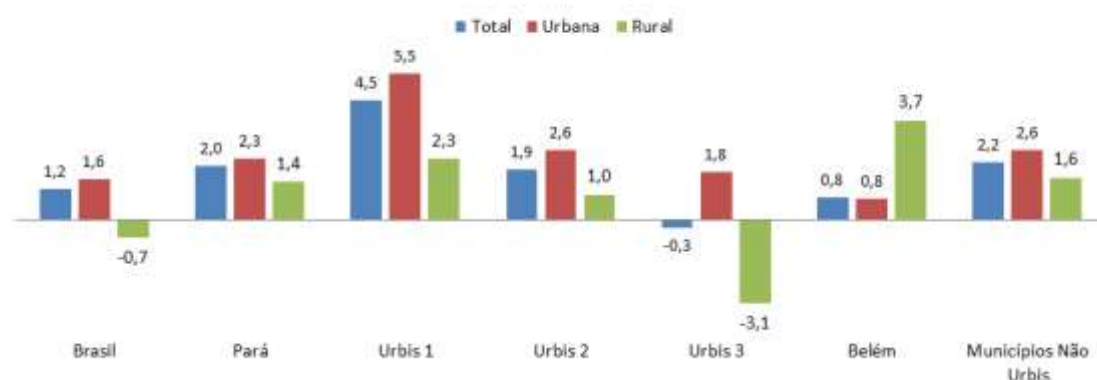
Nota: Taxa de crescimento calculada pelos autores. Taxa de Crescimento refere-se ao crescimento geométrico anual entre 2000 e 2010.

Dentre os municípios mais populosos do projeto URBISAmazônia estão Santarém, Marabá, Parauapebas, Altamira, Itaituba e São Félix do Xingu, cuja população somada representa, em 2010, aproximadamente 1 milhão de pessoas, o que equivale a 75% da população total dos municípios estudados.

Na Tabela 2 evidencia-se que a população urbana dos municípios compreendidos pelo URBISAmazônia, em 2010, representava 20% da população urbana do Pará, enquanto a população rural dos municípios, em 2010, representava 22% da população rural do Pará.

Em relação às taxas de crescimento demográfico, a Figura 6 mostra que no Brasil, a taxa de crescimento da população total foi positiva (1,17% a.a.), embora tenha sido negativa para a população rural (essa população diminuiu numa taxa de 0,65 % ao ano). No conjunto de municípios do URBISAmazônia, as taxas de crescimento da população total foram mais elevadas do que as taxas do Brasil. Entretanto, observa-se que especificamente para a população rural, a tendência é de decréscimo.

FIGURA 6 – Taxas de crescimento demográfico por localidade e conjunto de municípios Urbis
Taxa de crescimento demográfico anual (%), por situação rural e urbana, entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2000; 2010a).

Esta tendência de decréscimo da população rural vem se mantendo ao longo das décadas recentes e está associada ao enfraquecimento ou abandono das políticas públicas de assentamento e de crédito direcionada à agricultura familiar para a região, que foi iniciada nos anos de 1970. Em contrapartida, em alguns de principais municípios da região (tais como Parauapebas, Marabá, Santarém e Altamira), as principais atividades que dinamizam a economia e os empregos na região passaram a se concentrar em áreas urbanas, atraindo contingentes populacionais significativos, especialmente de mão-de-obra para estruturar os grandes empreendimentos. Para viabilizar estes empreendimentos, em sua maioria privados, o Estado realiza investimentos em serviços e infraestrutura. Mesmo que insuficientes para atender a demanda populacional, a possibilidade de ter

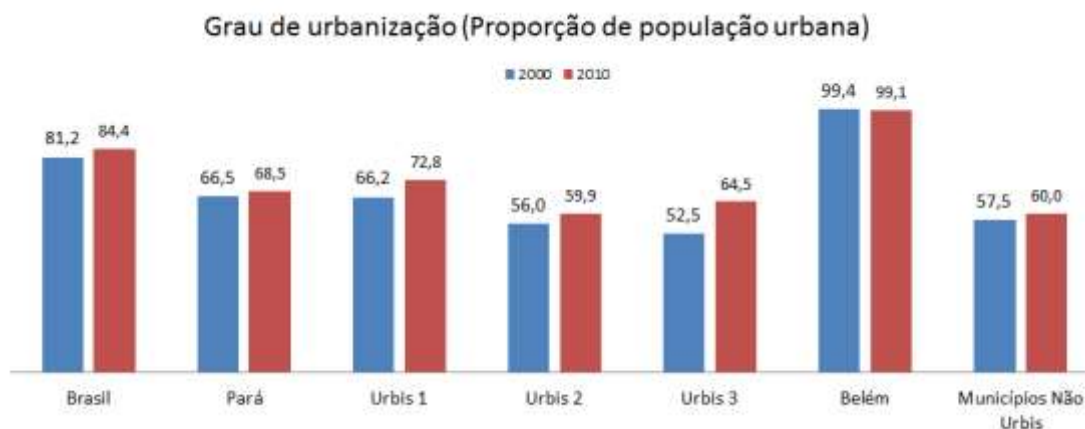
algum acesso a bens e serviços é um dos motivos que também atrai fluxos populacionais para os centros urbanos (PINHHEIRO et al., p. 19, 2012).

Grau de urbanização

Na Figura 7, observa-se que o grau de urbanização aumentou em todas as localidades analisadas. No Brasil, a proporção de residentes em áreas urbanas passou de 81%, em 2000, para 84%, em 2010. No conjunto de municípios do URBISAmazônia, a tendência foi de crescimento no grau de urbanização, embora no Urbis 1 o grau continue sendo mais elevado do que no Urbis 2 e 3. Cabe destacar que dentro dos conjuntos Urbis existem municípios onde o grau de urbanização é inferior a 50%, ou seja, a maior parte da população não vive em áreas urbanas.

No Urbis 1, a população rural supera a população urbana em municípios como São Félix do Xingu (grau de urbanização de 49%) e Água Azul do Norte (20%). No Urbis 2, isso ocorre por exemplo em Aveiro e Placas (com grau de urbanização de 20%, aproximadamente). No Urbis 3, ocorre em Jacareacanga e Trairão, como evidencia a Tabela 2.

FIGURA 7 – Grau de urbanização por localidade e conjunto de municípios Urbis

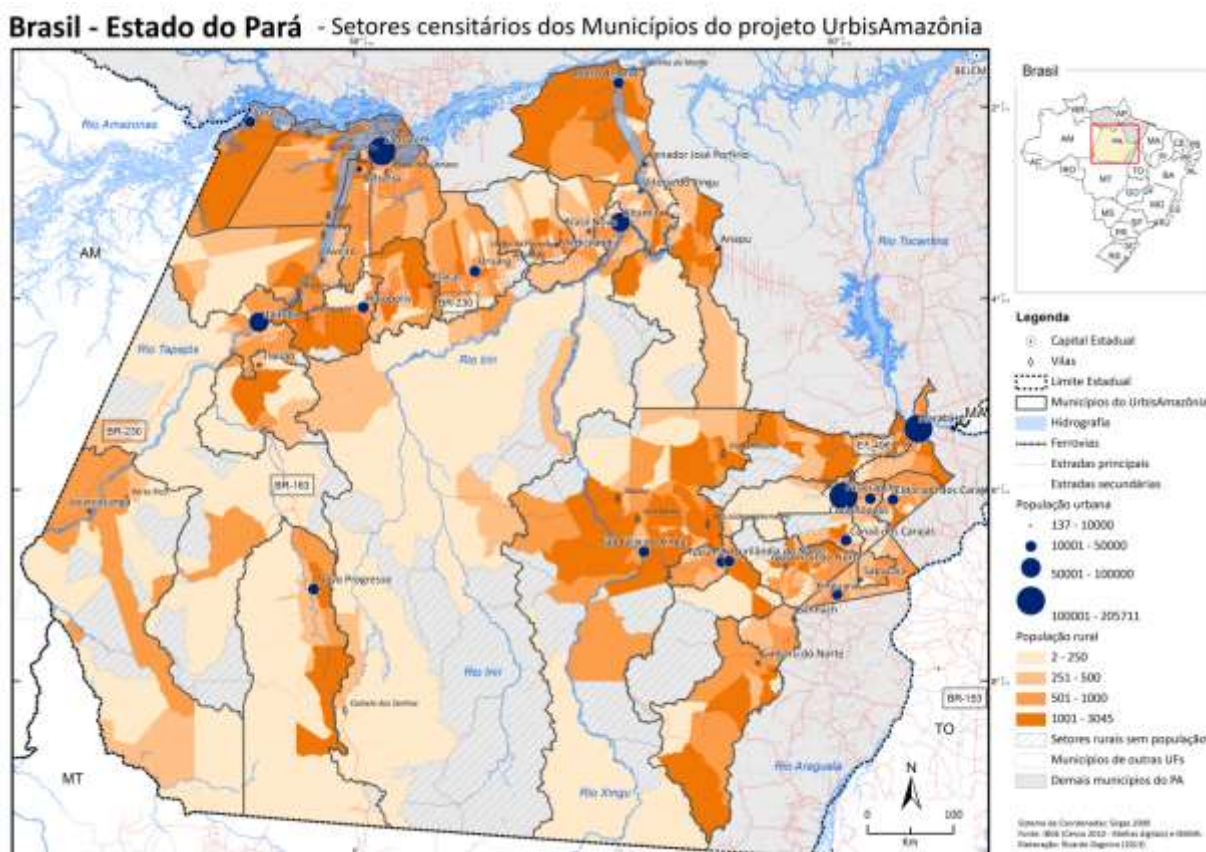


Fonte: IBGE (2000; 2010a).

A Figura 8, reproduzida em melhor resolução no Apêndice 1, com o mapa da população urbana e rural nos setores censitários dos 31 municípios do URBISAmazônia mostra como a população está concentrada nas áreas urbanas e como existem extensas áreas rurais com pouca ou mesmo ausência de população. No Apêndice 2, o mapa apresenta as densidades demográficas, onde se percebe que elevadas densidades nas margens das estradas como é o caso da BR-230 (Transamazônica) e das rodovias que conectam São Félix do Xingu a Marabá e Xinguara (PA-150 e PA-279) e nas margens dos rios, o Rio Amazonas e Rio Tapajós (nas proximidades de Santarém).

Por outro lado percebem-se grandes espaços pouco habitados (com densidades menores que um habitante por quilômetro quadrado) que ocupam vastas extensões dos territórios municipais. Sendo que são, muitas vezes, territórios ocupados por populações tradicionais ou indígenas dentro de áreas protegidas como Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Apêndice 3).

FIGURA 8 – População urbana e rural nos setores censitários dos 31 municípios do URBISAmazônia



As seis “Cidades-Nós” do Projeto

“Cidades-nós” ou “municípios nós”?

O conceito de “Cidade-Nós” é designado para caracterizar os municípios que representam centros de dinâmicas socioeconômicas locais no espaço regional.⁴ Trata-se de municipalidades com inserção relevante na socioeconomia regional, capazes de atrair importantes fluxos populacionais, seja pela oferta de serviços básicos, sobretudo os relacionados à saúde, seja por se constituírem em

⁴ Neste trabalho “Cidade-Nós” compreende o município como um todo e não apenas a sua sede, que segundo o IBGE (1999) é de fato a cidade. Segundo o IBGE (1999) cidade é a localidade com o mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais. Ao longo do texto, e respeitando a definição do IBGE, quando nos referimos a “cidade” estamos tratando do distrito sede do município, e “vila” como sendo a sede de um distrito que não é o distrito da sede municipal.

sedes de atividades econômicas e de ofertas de trabalho, como os municípios com grandes mineradoras ou nos quais estão em andamento grandes obras de infraestrutura. De toda forma, representam os pontos centrais de conexão das redes e microrredes do espaço regional transmunicipal, nos quais há importantes fluxos de populações. Tais fluxos compreendem as migrações, que condicionam a caracterização do processo de urbanização desses municípios, bem como permitem identificação redes migratórias.

Neste trabalho foram estudados 31 municípios compondo uma caracterização geral. E de forma específica foram abordadas seis principais cidades que, de alguma forma, atendem a esses critérios de “cidades-nós”. São elas: Altamira, Santarém, São Felix do Xingu, Itaituba, Parauapebas e Marabá.

Os processos de ocupação humana na região associam-se aos distintos ciclos econômicos voltados à exploração de determinados recursos naturais ou a determinados usos da terra ao longo do tempo. Alguns elementos são fundamentais para compreender as dinâmicas desses ciclos, que refletem contextos socioeconômicos específicos. Um desses elementos refere-se aos principais eixos de acesso à região, que até meados do século XX, eram as vias fluviais nas bacias dos rios Xingu e Iriri e do Tapajós. Somente a partir das décadas de 1960 (Belém-Brasília) e de 1970 (Transamazônica e Cuiabá-Santarém) inicia-se a abertura de grandes rodovias federais, que se tornaram os principais eixos de ocupação territorial, do ponto de vista da distribuição da população humana e das mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia (D’ANTONA, 2009). Tais estradas impulsionaram um processo acelerado de ocupação na região, movimentando novas fronteiras econômicas, a exemplo do que ocorreu com os municípios de Anapu, Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu (SAUER, 2005).

De acordo com Porto-Gonçalves (2001), a organização do espaço amazônico transcorreu, portanto, em dois grandes padrões: a partir do padrão rio-várzea-floresta e, com a abertura de estradas, a partir da estrada-terra firme-subsolo.

Durante parte do período colonial, sobretudo a partir de 1850, até as primeiras duas décadas do século XX vigorou o ciclo da Borracha, cujo *boom* durou aproximadamente 20 anos. Criou-se uma demanda de mão-de-obra para extração do látex, matéria-prima para a fabricação da borracha, houve incentivo governamental para a vinda de trabalhadores, que chegaram aos milhares. Em sua grande maioria eram imigrantes do Nordeste, atraídos especificamente para a produção de borracha, e contratados principalmente através do sistema de aviação. A borracha era escoada por rio até Belém. Nas décadas que seguiram o esgotamento da exploração extrativista da borracha, grande parte dos trabalhadores migrou para os núcleos urbanos mais próximos da região (Altamira,

Vitória do Xingu e Senador José Porfírio são núcleos urbanos remanescentes desse período) ou se fixou na floresta, vivendo do extrativismo, agricultura de subsistência e pesca.

Um novo período de povoamento e exploração dessa região foi marcado pela redefinição da estrutura socioeconômica anterior, através dos projetos de colonização oficial do governo federal, da expansão das atividades agropecuárias e da interiorização do povoamento por meio de um sistema planejado de ocupação do território, tendo no transporte rodoviário o principal eixo articulador da espacialidade regional (D'ANTONA, 2009). Fato é que o primeiro grande fluxo de migrantes para a região corresponde à economia da borracha, enquanto que o segundo momento mais importante nessa dinâmica, refere-se ao período a partir da década de 1960, que se caracterizou pela política de desenvolvimento regional e integração do território nacional.

Os primeiros centros urbanos da região eram aqueles situados nas margens dos grandes rios. Novos centros urbanos surgem a partir dos eixos rodoviários, enquanto os antigos centros ganham ainda mais importância na medida em que são servidos tanto pelos rios como pelas estradas. Os centros urbanos concentram a maior parte da população da região, bem como são neles que se localizam os principais centros de decisões, fontes de serviços públicos e privados e mercado de trabalho, é a “floresta urbana”, na concepção de Berta Becker. Esses fatores determinam a redistribuição espacial da populacional regional, os fluxos migratórios (rural-urbano ou urbano-urbano), além de desempenharem papel importante por oferecer serviços que não estão disponíveis em grande parte dos municípios da região.

No tocante à história das emancipações municipais da região, que refletem através da institucionalização a consolidação do processo de ocupação do espaço, a maior parte deles teve como origem os municípios de Altamira, Santarém, Itaituba e Marabá. Destes quatro são originários quase todos os demais municípios da região.

De acordo com Pinheiro et al. (2011), a primazia da metrópole de Belém perde a amplitude, ainda que permaneça como núcleo central do estado. A diminuição de sua importância ocorre em função da interiorização da atividade produtiva e econômica no estado do Pará nas últimas décadas. Para a autora:

A forma difusa como o capitalismo se expandiu no estado do Pará fez com que houvesse um crescimento de médias, mas principalmente, de pequenas cidades, localizadas em geral fora do eixo metropolitano e dinamizadas pela mineração e pelas atividades relacionadas à agricultura, à pecuária, à mineração e ao carvoejamento (PINHEIRO et al., 2011, p. 18).

A autora afirma que o Pará avançou no fortalecimento de uma rede urbana regional mais complexa, em que cidades como Santarém, Itaituba e Marabá, consolidaram-se como centros

urbanos nucleadores de subsistemas de cidades no estado do Pará. Marabá e Itaituba exercem papéis importantes, na medida em que são nódulos da configuração sul da rede urbana regional, principalmente ao longo dos eixos rodoviários. Por sua vez, Santarém possui um papel mais amplo na medida em que se posiciona como nóculo na ligação entre as áreas de influência de Belém e Manaus, principalmente ao longo da malha fluvial. (PINHEIRO et al., 2011, p. 8). Esses municípios são considerados por ela como subpolos econômicos, nos quais Marabá tem sua economia associada à exploração mineral de Carajás e à produção de ferro gusa, Santarém é um subpolo estratégico por sua localização no entorno da floresta amazônica e Itaituba é um subpolo que se caracteriza pela forte relação com o norte do Mato Grosso e a expansão em direção ao porto de Santarém/PA, além de possuir um intenso processo de ocupação (PINHEIRO et al., 2011, p. 10).

Em relação aos demais municípios que são aqui concebidos como cidades-nós do centro-sul paraense, Parauapebas nasceu e cresceu em função da presença de atividades minerais; São Félix do Xingu tem sua dinâmica associadas à expansão da fronteira agropecuária e das atividades de exploração madeireira.

No caso de Altamira, por se localizar, às margens do rio, se constituiu como um núcleo importante na malha do rio Xingu, bem como na rede urbana regional. A partir dos anos 1970, passou por um processo intenso de transformação com a construção da rodovia Transamazônica, que alterou a rede urbana nessa região e, por conseguinte, a ocupação e uso do solo. Altamira ampliou seus fluxos e relações, tendo a rodovia, como principal eixo de integração regional (PORTO-GONÇALVES, 2001). É fundamental levar em consideração que em Altamira e região, o padrão e perfil demográficos tendem a sofrer bruscas alterações (PINHEIRO et al., 2012, p. 12). Essas mudanças decorreram historicamente de momentos que foram marcados pela chegada de fluxos migratórios significativos, que afetaram a composição e estrutura demográfica local. No período mais recente, passa a haver uma nova dinâmica territorial no município, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tem como uma de suas consequências o aumento considerável de sua população.

De forma geral, o que se observa no contexto de urbanização e estruturação produtiva na região, “é a constante transformação, rápida e violenta de dinâmicas socioespaciais anteriormente existentes, e que são fortemente marcadas tanto pelas ações do Estado, quanto por suas articulações com o capital produtivo” (PINHEIRO et al., 2012, p. 8).

Contextualização

O que se tem observado na região amazônica no contexto de sua urbanização e estruturação produtiva, é a constante transformação, rápida e intensa de dinâmicas socioespaciais anteriormente

existentes, e que são fortemente marcadas tanto pelas ações do Estado, quanto por suas articulações com o capital produtivo.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o Governo Federal intensificou a sua atuação na região amazônica estabelecendo um conjunto de políticas de desenvolvimento que visavam explorar os vastos recursos naturais existentes (objetivos econômicos) e integrar a região ao contexto nacional (objetivos geopolíticos), seja por meio da implementação de projetos de colonização (cujos reflexos culminaram no crescimento demográfico), seja pela criação de uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte que resultaram na ocupação das terras da Amazônia, o surgimento de novas cidades no entorno das rodovias, crescimento populacional e a transformação da base produtiva da região.

Esses processos não resultaram apenas no crescimento populacional, mas também estabeleceram características específicas em termos da composição da população por sexo e idade. Essas características estão associadas principalmente à seletividade migratória de determinados espaços e momentos históricos, como no caso da mineração, que atraiu grandes contingentes populacionais de homens solteiros, que até hoje influenciam a razão de sexos de alguns municípios do Pará (CORREA; CARMO, 2012).

A seguir apresenta-se uma discussão sobre algumas características da composição da população dos municípios mais populosos focalizados no âmbito do URBIS Amazônia, municípios que estamos denominando de “cidades-nós”.

Estrutura etária e razão de sexo

A distribuição da população segundo a estrutura etária e o sexo dos municípios mais populosos do Urbis 1 (Santarém, Altamira), Urbis 2 (Marabá, Parauapebas e São Félix do Xingu) e Urbis 3 (Itaituba) está representada nas pirâmides etárias para os períodos censitários de 2000 e 2010.

O eixo horizontal de uma pirâmide etária representa, segundo Carvalho (1998, p. 26), o número absoluto ou a proporção da população. Dessa forma foram construídos dois grupos de pirâmides etárias, o primeiro com valores relativos, ou seja, percentuais em relação à população total de cada unidade territorial (Figura 9) e outra com os valores absolutos (Figura 10).

Em geral, como destaca Carvalho et al. (1998, p. 26), é construída uma pirâmide para cada ano e para cada unidade territorial. Neste trabalho, as pirâmides utilizadas são fruto da construção realizada por Caparroz (2013) que permite visualizar de forma sobreposta várias pirâmides de anos diferentes, neste caso 2000 e 2010, para uma mesma localidade.

A variação nas formas das pirâmides etárias permite visualizar aspectos do histórico da dinâmica demográfica, em especial o processo da transição demográfica, cujo componente principal é a queda da fecundidade; que ocorre tanto na Amazônia (HOGAN et al., 2008) quanto no Brasil como um todo (CARMO; D'ANTONA, 2011).

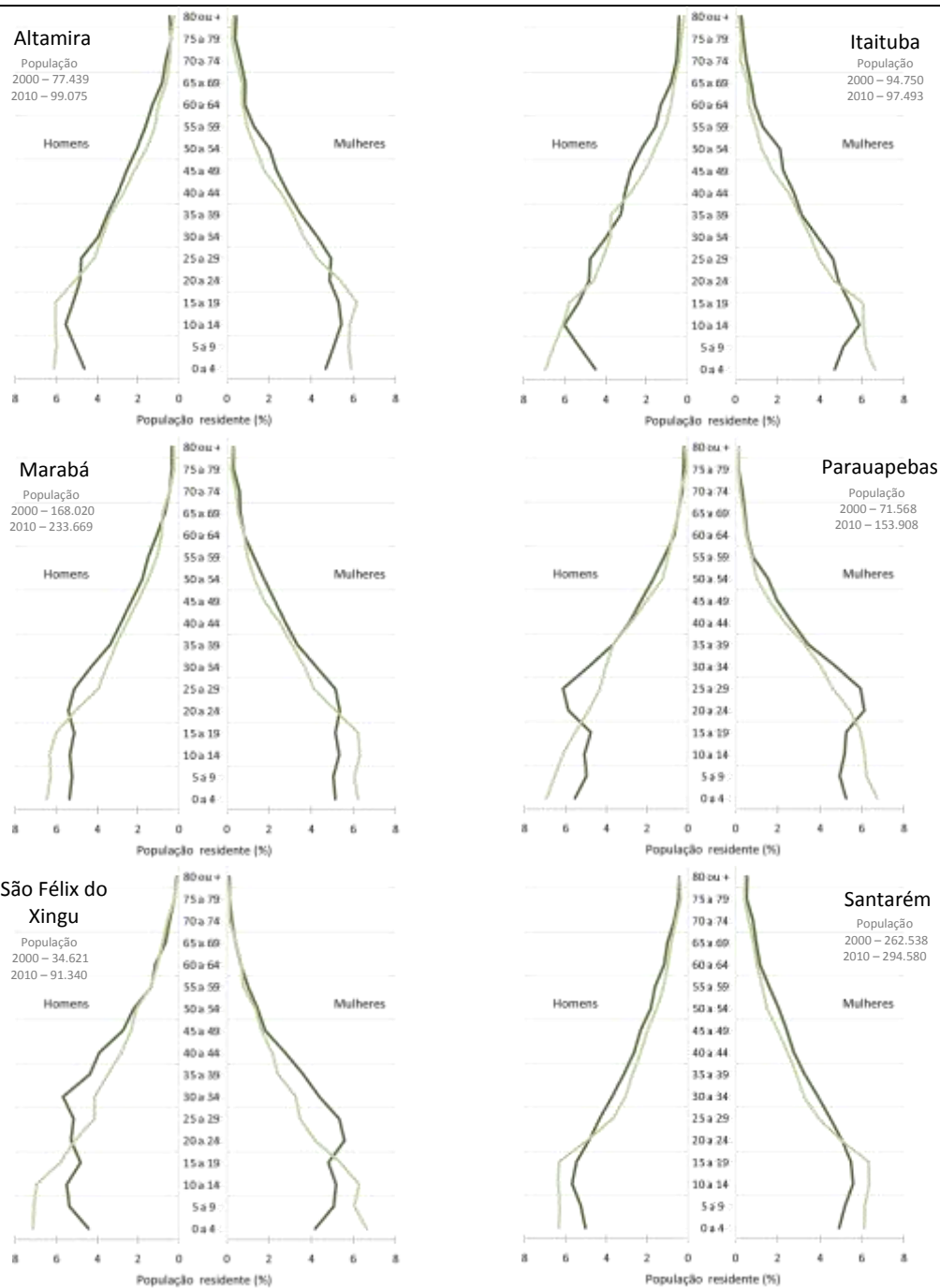
Na Figura 9 o reflexo da queda da fecundidade evidencia-se pela diminuição da base das pirâmides de todos os municípios, ou seja, pela diminuição do peso relativo dos grupos etários entre 0 e 14 anos de idade, sendo que neste grupo etário não existe diferenças significativas entre a proporção de homens e mulheres.

As pirâmides do estado do Pará (Figura 11) em 2000 e 2010 permitem notar o processo de diminuição do peso relativo das populações mais jovens, de zero a 19 anos, e um aumento relativo dos grupos etários adultos, o grupo dos potencialmente economicamente ativos, além disso, um crescimento dos grupos etários de idosos, ou seja, aqueles com 60 anos ou mais.

No caso do município de Altamira as pirâmides são muito semelhantes às do estado do Pará, o que não pode ser atribuído ao peso da população de Altamira na população total do estado, pois este peso equivale a apenas 1,3%.

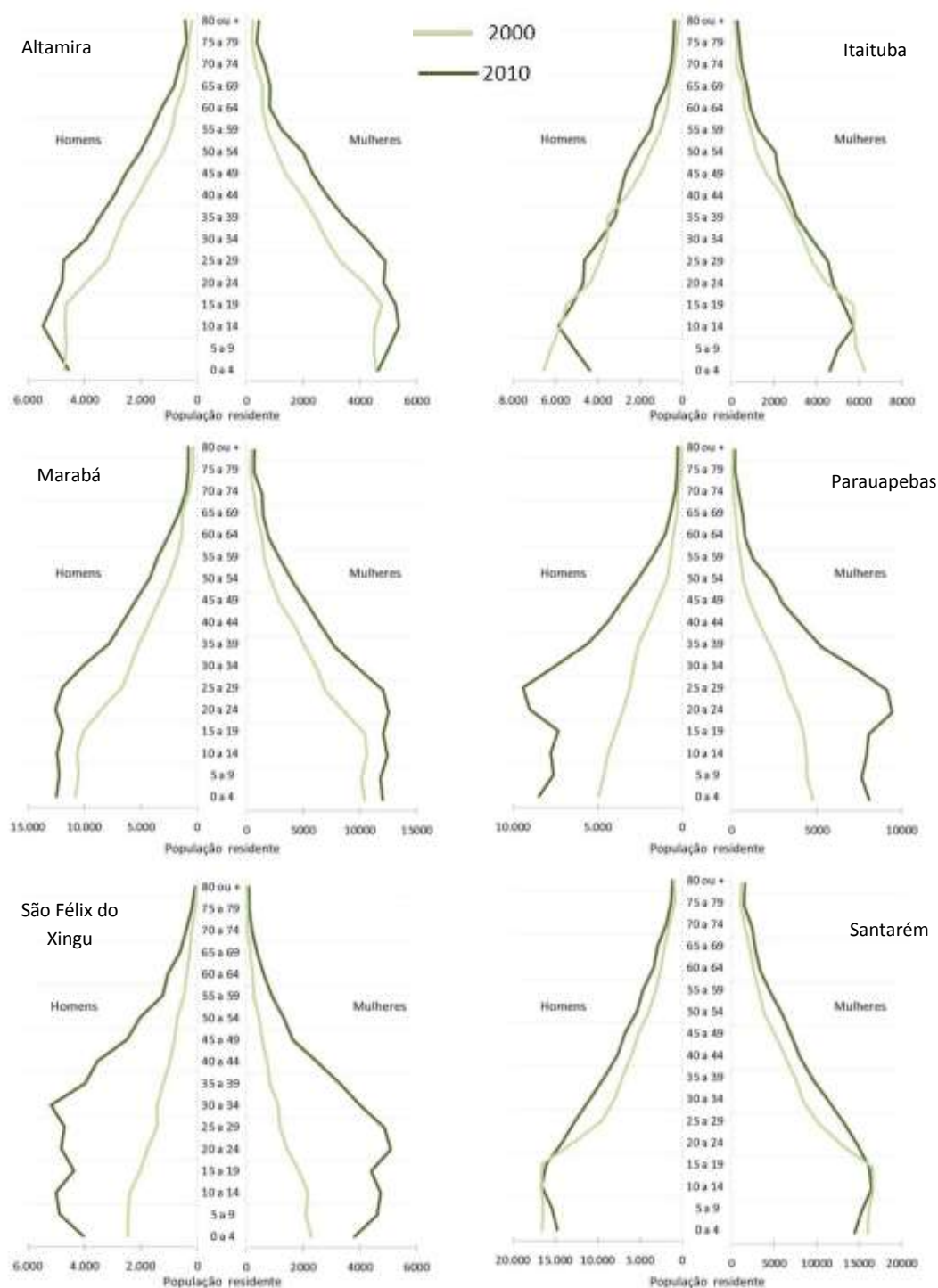
Embora a pirâmide de São Félix do Xingu tenha um formato diferente das duas anteriores percebe-se o mesmo processo de diminuição da participação dos grupos mais jovens e um aumento da população adulta e idosa. Trata-se de um processo recente e muito disseminado que os estudiosos têm chamado de envelhecimento populacional e que resulta, no caso das pirâmides acima, de um bônus demográfico, quer dizer, quando a participação dos adultos supera a de jovens e idosos (WONG; CARVALHO, 2006).

FIGURA 9 – Distribuição relativa da população por sexo e idade, municípios selecionados - 2000 e 2010



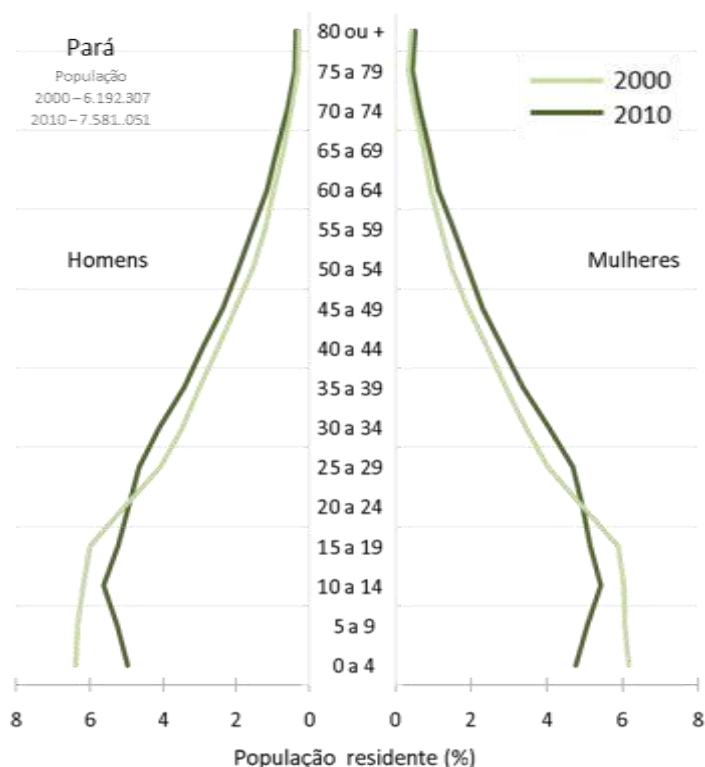
Fonte: Elaboração dos autores baseado em IBGE (2000; 2010a).

FIGURA 10 – Distribuição da população por sexo e idade, municípios selecionados - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração dos autores baseado em IBGE (2000; 2010a).

FIGURA 11 – Distribuição relativa da população por sexo e idade, estado do Pará - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração dos autores baseado em IBGE (2000; 2010a).

A População em Idade Ativa (PIA) é composta pelo grupo populacional entre 15 e 59 anos de idade. Em geral é neste grande grupo etário que se evidenciam os efeitos da seletividade migratória. A seletividade está associada às especificidades de processos econômicos e sociais, nas quais pode ocorrer a atração de grupos de idade e sexo específicos, como é o caso de homens jovens para o trabalho realizado nos garimpos, mulheres jovens para trabalho em atividades domésticas e de serviços. Dependendo do tamanho e duração desses processos eles podem impactar a composição por sexo e idade, tornando-se identificáveis nas pirâmides.

A seletividade migratória pode ser identificada no caso de Parauapebas, com saliências nos grupos populacionais entre 20 e 29 anos de idade, e de São Félix do Xingu, com saliências principalmente no grupo 30 a 34 anos entre os homens e 20 a 24 anos entre as mulheres.

A Razão de Sexos expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres. O indicador é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. A Razão de Sexos auxilia na compreensão das decorrências de fenômenos sociais relacionados a migrações e mercado de trabalho, tendo em vista que esses processos podem ter seletividade por idade e também por sexo.

Os dados dos municípios enfocados (Tabela 3) revelam que todos eles, com exceção de Santarém, possuem maior proporção de homens do que de mulheres. Em São Félix do Xingu é ainda mais expressiva a quantidade de população masculina em relação à feminina, sendo sua razão de sexos de 114,2 homens para cada 100 mulheres em 2010. Considerando o Brasil como parâmetro, a razão de sexos naquele momento era de 95,9. Com relação à capital da UF, Belém, cuja razão de sexos é de 89,7, a distância em relação aos valores encontrados para o conjunto desses municípios aumenta significativamente. Em geral, observa-se que há predominância da população feminina nas áreas mais urbanizadas.

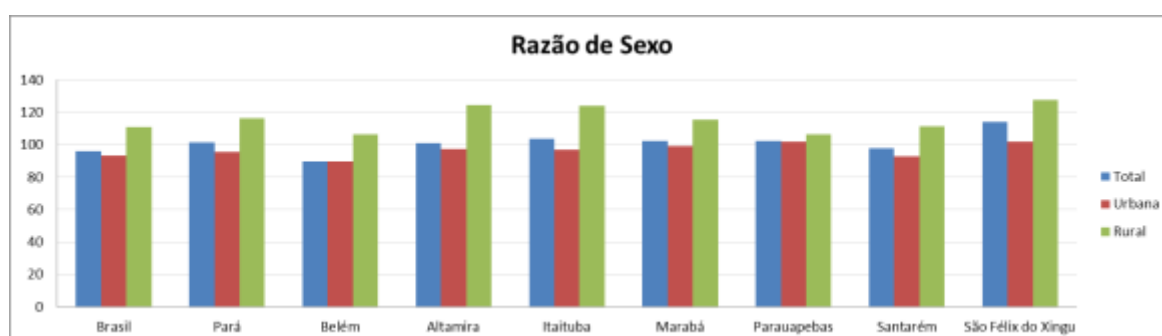
TABELA 3 - População de mulheres, de homens e Razão de Sexos, Pará e municípios, 2000 e 2010

Unidade da Federação e Município	Homens		Mulheres		Razão de Sexo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Marabá	84 709	118 195	83 311	115 473	101,7	102,4
Parauapebas	36 269	77 893	35 299	76 014	102,7	102,5
São Félix do Xingu	19 086	48 691	15 534	42 648	122,9	114,2
Altamira	39 381	49 820	38 059	49 257	103,5	101,1
Santarém	130 402	145 534	132 136	149 046	98,7	97,6
Itaituba	48 661	49 681	46 090	47 810	105,6	103,9
Pará	3 133 986	3 821 840	3 061 979	3 759 214	102,4	101,7

Fonte: IBGE (2000; 2010a). Tabela 200 - População residente por sexo, situação e grupos de idade.

Na Figura 12 observa-se que assim como no Brasil e no Pará, nos seis municípios há predomínio de mulheres na área urbana, enquanto nas áreas rurais predomina a população masculina. Trata-se de um processo recente, concomitante ao processo de deslocamento das populações rurais para as áreas urbanas, que levou a uma “masculinização” das áreas rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

FIGURA 12 - Razão de Sexos por situação do domicílio em 2010



Fonte: IBGE (2010b) (SIDRA Tabela 200).

Crescimento populacional e processo de urbanização

A Taxa de Crescimento indica o ritmo de crescimento populacional, medido através do percentual de aumento médio anual da população residente nos municípios analisados, no período entre 2000 e 2010. Além do crescimento vegetativo, resultante do balanço entre natalidade e mortalidade, a dinâmica das migrações, com o balanço entre imigrantes e emigrantes, tem papel decisivo no cálculo dessa taxa.

Na Tabela 4 é possível constatar que o município mais populoso é Santarém, com mais de 294,5 mil habitantes. Por ser um município antigo, apresenta uma dinâmica diferente dos demais do grupo considerado, uma vez que há várias décadas possui um volume populacional expressivo, resultante de um histórico aproveitamento de sua posição geográfica estratégica de entroncamento da malha hídrica, que durante séculos foi a principal forma de comunicação e transporte na Amazônia. Entretanto, durante a década de 2000 a velocidade do crescimento populacional foi inferior à média do estado do Pará.

TABELA 4 - População total, urbana e rural e Taxas de Crescimento, por município e UF, 2000 e 2010

Município e UF	Total			Urbana			Rural		
	2000	2010	Taxas de Crescimento	2000	2010	Taxas de Crescimento	2000	2010	Taxas de Crescimento
Marabá	168 020	233 669	3,35	134 373	186 270	3,32	33 647	47 399	3,49
Parauapebas	71 568	153 908	7,96	59 260	138 690	8,88	12 308	15 218	2,14
S.F. Xingu	34 621	91 340	10,19	12 530	45 113	13,67	22 091	46 227	7,66
Altamira	77 439	99 075	2,49	62 285	84 092	3,05	15 154	14 983	-0,11
Santarém	262 538	294 580	1,16	186 297	215 790	1,48	76 241	78 790	0,33
Itaituba	94 750	97 493	0,29	64 486	70 682	0,92	30 264	26 811	-1,20
Pará	6 192 307	7 581 051	2,04	4 120 693	5 191 559	2,34	2 071 614	2 389 492	1,44

Fonte: IBGE (2000; 2010a).

Nota: Taxa de crescimento calculada pelos autores. Taxa de Crescimento refere-se ao crescimento geométrico anual entre 2000 e 2010.

O município de Marabá é o segundo mais populoso, com 233,6 mil habitantes em 2010. Entretanto, diferentemente de Santarém, apresentou taxas expressivas de crescimento populacional (3,35% a.a.), o que revela que esse município recebeu um contingente expressivo de migrantes no período.

Parauapebas também apresentou taxas expressivas de crescimento populacional no período, de quase 8% ao ano, fazendo com que a população mais do que dobrasse no período, chegando a 153,9 mil habitantes, ultrapassando Altamira e Itaituba, que eram municípios mais populosos até a década de 2000.

Correa e Carmo (2012) mostram que Marabá e Parauapebas estão inseridas em um contexto econômico e social marcado pela mineração. E que essa atividade, na medida em que passa por um

processo de expansão e de grandes investimentos principalmente a partir da década de 2000, tem atraído migrantes de maneira significativa.

Em termos de taxas, o município de São Felix do Xingu foi o que apresentou o crescimento mais significativo, de mais de 10% a.a. A dinâmica da fronteira de ocupação fez com que a população do município passasse de 34,6 mil habitantes para 91,3 mil habitantes entre 2000 e 2010. Essa dinâmica é marcada pelo crescimento tanto da população urbana, que cresceu a 13,6% ao ano no período, mas também pelo significativo crescimento da população rural, que mais do que dobrou no período, crescendo a uma taxa de 7,6% a.a. Embora a concentração da população residindo em áreas urbanas tenha aumentado de maneira significativa, em 2010 cerca da metade da população municipal residia em áreas rurais (Tabela 4).

Altamira (2,5% a.a.) apresentou na década de 2000 um crescimento que esteve um pouco acima da média do Pará (2% a.a.). É importante destacar que os dados do Censo de 2010 foram coletados em um momento em que ainda não estava concedida a licença ambiental do IBAMA para o início das obras de infraestrutura da construção, o que aconteceu apenas em janeiro de 2011. A partir dessa licença, mesmo com o acirramento do conflito envolvendo grupos contrários à instalação da usina, o afluxo de imigrantes aconteceu de maneira intensa. Principalmente de trabalhadores em busca de oportunidades de inserção nos postos de trabalhos que passaram a ser gerados. A partir do início das obras, no ano de 2011, existem estimativas (obtidas em entrevistas de campo) de que a população local foi acrescida em 40%. Entretanto, essas estimativas necessitam de confirmação.

Na Tabela 5 nota-se que a concentração populacional em áreas urbanas é predominante, e que foi crescente no período, mesmo no caso de São Félix do Xingu, que é o município com menor proporção de população urbana.

TABELA 5 - Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010

Município e UF	Grau de urbanização	
	2000	2010
Marabá	80,0	79,7
Parauapebas	82,8	90,1
São Félix do Xingu	36,2	49,4
Altamira	80,4	84,9
Santarém	71,0	73,3
Itaituba	68,1	72,5
Pará	66,5	68,5

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Migração

Conceito e análise dos aspectos socioeconômicos dos migrantes

O conceito de migrante, de uma forma geral, envolve a mudança de residência para outro município, unidade da federação (UF) ou país, num determinado período. Depende do interesse específico do estudo, a partir do qual se elege o quesito e a variável que captam a migração.

Os principais quesitos utilizados para captar os migrantes no Censo Demográfico são: (a) naturalidade, sendo a localidade de nascimento a UF e o país; (b) local de residência há exatos cinco anos da data de referência do Censo, conhecido como data fixa; (c) local de residência anterior, denominado por última etapa; coletado apenas para quem reside há menos de dez anos ininterruptos no município. Trata do último movimento realizado pelo migrante na última década. Usualmente, esse último movimento é desagregado pelo tempo de chegada ao local de residência atual.

O estudo das migrações permite construir e analisar matrizes migratórias – que expressam o volume do fluxo migratório para cada local de origem e de destino. Neste trabalho, tratamos dos fluxos migratórios envolvendo municípios de interesse específico com os demais municípios do Pará e com as demais UF's.

Além da identificação dos principais fluxos migratórios é possível realizar a caracterização dos migrantes e comparar as características da população migrante e população não migrante. Também é possível identificar os principais municípios de origem e suas características, no sentido de buscar indícios sobre formação de redes sociais de migração.

Outra forma de captar a dinâmica de mobilidade espacial da população é através da mobilidade pendular. Esta refere-se aos deslocamentos populacionais para outro(s) município(s) ou país para trabalho e/ou ao estudo sem troca de endereço/residência. Difere, portanto da migração, uma vez que os indivíduos retornam do trabalho (diariamente ou não) para o município onde residem. É também chamada de pendularidade. Para o caso do Censo 2010, foi coletado o tempo gasto nos transporte ao trabalho/estudo e se há o retorno diário para a residência. A mobilidade espacial da população pode ser medida, por exemplo integrando-se a mobilidade espacial com a migração, ou seja medindo a pendularidade dos migrantes.

A seguir são apresentados recortes do questionário da amostra do Censo 2000 e 2010 com as questões referentes à migração:

- Nas figuras 13 e 14 constam as informações sobre naturalidade e residência anterior (última etapa);
- Nas figuras 15 e 16 estão as perguntas sobre residência cinco anos antes do Censo (data fixa);

- Importante notar que, em relação à mobilidade pendular, e entre o Censo 2000 (Figura 17) e Censo 2010 (Figura 18), houve inclusão de quesitos, como o tempo gasto na mobilidade ao trabalho. Porém houve exclusão de categorias de resposta, como por exemplo, a questão sobre data fixa que em 2010 (4.24 – Onde residia em 31 de julho de 1995?) deixou de captar as mudanças de residência rural e urbana (Figura 15).

[illegible]

38

FIGURA 14 - Quesitos sobre naturalidade e residência anterior (última etapa), em 2010

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) ☐ 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? ☐ 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) ☐ 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.20)	
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? ☐ 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) ☐ 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) ☐ 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? ANO Siga 6.22	6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.23
6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) Siga 6.24	6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) NÚMERO DE ANOS (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 6.251 - UF 6.253 - MUNICÍPIO ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.26) (Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)	

Fonte: IBGE (2010a) – Questionário da amostra.

FIGURA 15 - Quesitos sobre residência em 31 de julho de 1995 (data fixa), em 2000

4.24 - ONDE RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995?

☐ 1 - NESTE MUNICÍPIO, NA ZONA URBANA
☐ 2 - NESTE MUNICÍPIO, NA ZONA RURAL
☐ 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO, NA ZONA URBANA
☐ 4 - EM OUTRO MUNICÍPIO, NA ZONA RURAL
☐ 5 - EM OUTRO PAÍS
☐ 6 - NÃO ERA NASCIDO

4.25 - EM QUE MUNICÍPIO RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995?

4.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995?

Fonte: IBGE (2000) – Questionário da amostra.

6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005?

1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO

6.261 - UF (Se tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)

6.263 - MUNICÍPIO 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO

4.27 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA OU ESTUDA?

1 1 - NESTE MUNICÍPIO 2 - NÃO TRABALHA, NEM ESTUDA

Registre XX nas quadriculas referentes à sigla da UF, se preencher o nome do País Estrangeiro

3	SIGLA DA UF	4																				

DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?	
☐ 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	
☐ 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO	
6.361 - UF 6.363 - MUNICÍPIO	
☐ 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO	
6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	
DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO	
6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?	
☐ 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
☐ 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61)	
☐ 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)	
6.601 - UF	6.603 - MUNICÍPIO
(siga 6.61)	
☐ 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.605)	
6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO	
☐ 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?	
☐ 1 - SIM (Siga 6.62)	
☐ 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)	
6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?	
☐ 1 - ATÉ 05 MINUTOS	
☐ 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS	
☐ 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA	
☐ 5 - MAIS DE DUAS HORAS	
☐ 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA	
(Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	

40

A primeira abordagem da migração dos municípios do URBISAmazônia será realizada pela condição de naturalidade em relação ao município. Sendo assim, é considerado migrante: (1) aquele que não nasceu no município onde residia da data da realização do Censo; (2) nasceu no município onde residia da data da realização do Censo, porém, já morou em outro município – migrante de retorno. Os não migrantes são aqueles que nunca saíram do município em que nasceram.

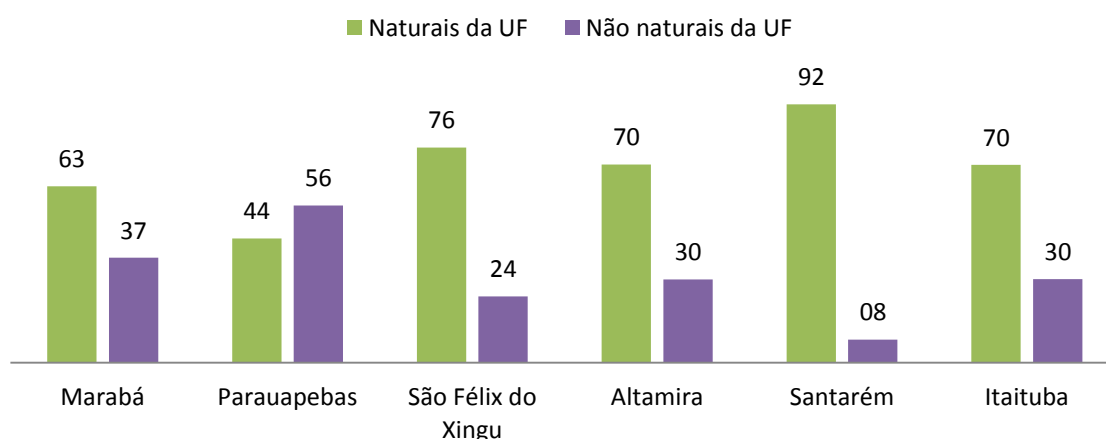
População residente por lugar de nascimento

O processo de ocupação da Amazônia, como também aconteceu para as cidades-nós em análise, foi viabilizado pela imigração de população de outras partes do Brasil, e do mundo. Os vastos contingentes populacionais que chegaram criaram redes, e em alguns casos reproduziram organizações de sociabilidade. As informações sobre o município de nascimento, ou sobre unidade federativa de nascimento, permitem reconstruir parte dos caminhos que foram percorridos por esses migrantes.

Nas figuras 19 e 20 estão apresentadas as porcentagens da população por naturalidade em relação a Unidade da Federação a ao município em 2010, respectivamente. Importante notar que o quesito censitário utilizado para caracterizar a naturalidade, o lugar de nascimento, capta apenas os migrantes acumulados no lugar em que a informação censitária foi captada, entretanto não nos permite identificar o momento em que a migração aconteceu (CUNHA, 2012).

FIGURA 19 - População por naturalidade em relação à Unidade de Federação, 2010

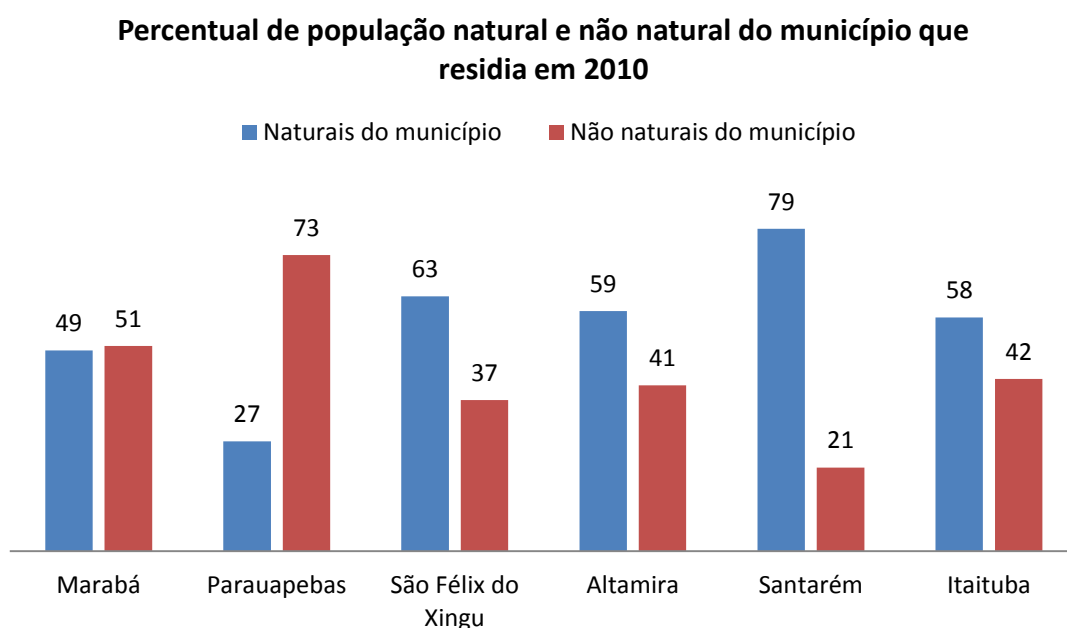
Percentual de população natural e não natural do Pará, segundo o município em 2010



Fonte: IBGE (2010a). Tabela 1505 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à unidade da federação - Resultados Gerais da Amostra.

A Figura 19 permite observar que no caso de Parauapebas mais da metade da população residente não nasceu no estado do Pará, assim como mais de 35% da população de Marabá e quase 30% da população de Itaituba. Santarém tem a maior proporção de naturais do Pará (quase 92%), o que deve estar ligado ao fato de ser o município de ocupação mais antiga e consolidada, o que é corroborado pela Figura 20, que mostra que quase 80% da população residente no município nasceram em Santarém mesmo.

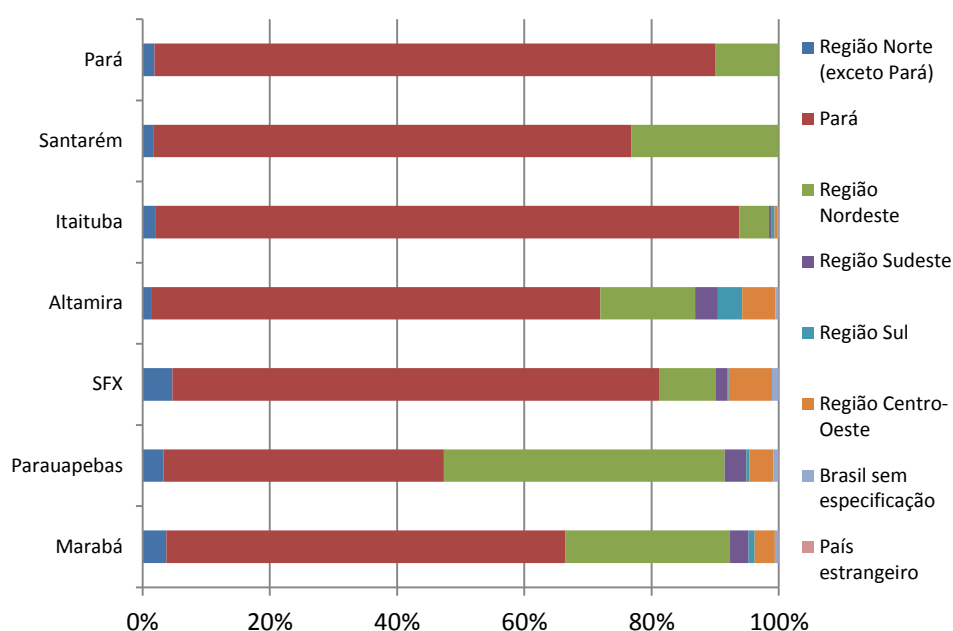
FIGURA 20 - População por naturalidade em relação ao município, 2010



Fonte: IBGE (2010a). Tabela 1505 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à unidade da federação - Resultados Gerais da Amostra.

Considerando a naturalidade da população residente nos municípios percebe-se que em todos os municípios focalizados, assim como no caso do estado do Pará como um todo, os não-naturais ou “*life-time migrants*” nasceram em estados da Região Nordeste, destacando-se que estes são quase metade no caso de Parauapebas (Figura 21).

FIGURA 21 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010



Fonte: IBGE (2010a) - Sidra Tabela 631 - População residente, por sexo e lugar de nascimento. Dados da Amostra.

As informações sobre naturalidade são importantes para entender as redes migratórias, tendo em vista que localizam o local de nascimento dos residentes, e a identificação desses locais de origem pode ajudar a identificar os fluxos que se constituíram ao longo do tempo.

Fluxos migratórios recentes

Os processos migratórios internos recentes são marcados por algumas mudanças significativas. Entre as décadas de 1960 e 1970 predominaram as migrações de longa distância, como os fluxos originários nos estados do Nordeste em direção a São Paulo. A partir da década de 1990 as migrações passaram a ser caracterizadas pelos deslocamentos de mais curta distância (BAENINGER, 2012). Nos municípios em análise observa-se que as trocas migratórias mais relevantes acontecem com municípios relativamente próximos, muito embora o estado do Maranhão seja a principal origem dos migrantes residentes em Parauapebas (44,1%), Marabá (28,9%) e Itaituba (17,6%). Destacando-se também as trocas migratórias com Belém, conforme os dados da Tabela 6.

TABELA 6 - Percentual dos imigrantes segundo município de residência atual e principais regiões de origem

Origem		Destino (Residência atual)					
		Urbis1	Urbis2	Urbis2	Urbis2	Urbis2	Urbis3
		Marabá	Parauapebas	São Félix do Xingu	Altamira	Santarém	Itaituba
RMB	Belém	5,0	3,8	2,0	5,5	8,9	3,4
Urbis1	Marabá		5,6	2,7	0,8	0,5	0,7
Urbis1	Parauapebas	3,1		0,6	0,4	0,2	0,4
Urbis1	Tucumã	0,4	0,4	12,1	0,1	0,1	
Urbis2	Medicilândia	0,1			5,9	0,1	
Urbis2	Santarém	0,7	0,2	0,1	1,9		14,5
Urbis2	Sen. J. Porfírio				4,2	0,1	0,1
Urbis3	Itaituba	0,3	0,3	0,2	3,3	8,3	
Urbis3	Jacareacanga		0,0		0,1	0,3	0,4
Urbis3	Novo Progresso		0,1		1,0	1,0	5,8
Outros Mun.	Alenquer				0,1	5,5	0,4
Outros Mun.	Monte Alegre					7,1	0,8
Outros Mun.	Redenção	0,6	0,4	6,3	0,1		0,1
Outra UF	Amazonas	0,5	0,4	0,2	0,7	18,3	5,6
Outra UF	Tocantins	7,7	3,9	13,2	1,6	0,2	1,1
Outra UF	Maranhão	28,9	44,1	10,8	8,5	2,9	17,6
Outra UF	Mato Grosso	0,6	1,1	1,1	19,0	2,6	9,7
Outra UF	Goiás	3,3	2,8	14,9	4,0	0,4	0,8
Soma		51,2	63,1	64,2	57,2	56,6	61,5
Volume total de Imigrantes⁽¹⁾		52 393	69 712	14 029	16 891	26 846	12 790

Fonte: IBGE (2010a). Variável Última Etapa.

Nota: As cinco principais origens estão preenchidas com cinza.

(1) Imigrante – pessoa que reside há menos de 10 anos ininterruptos no município em 2010 (destino).

Dentre os principais municípios maranhenses de origem de imigrantes para os municípios do URBISAmazônia destacam-se Imperatriz, São Luís e Açailândia, conforme pode ser constatado no Apêndice 9.

Além da grande importância dos municípios do Maranhão, a Tabela 6 evidencia também a importância dos municípios do Mato Grosso, de onde são originários 19% dos imigrantes de Altamira; a importância do Amazonas, principalmente para Santarém e Itaituba e de Goiás e Tocantins, para São Félix do Xingu.

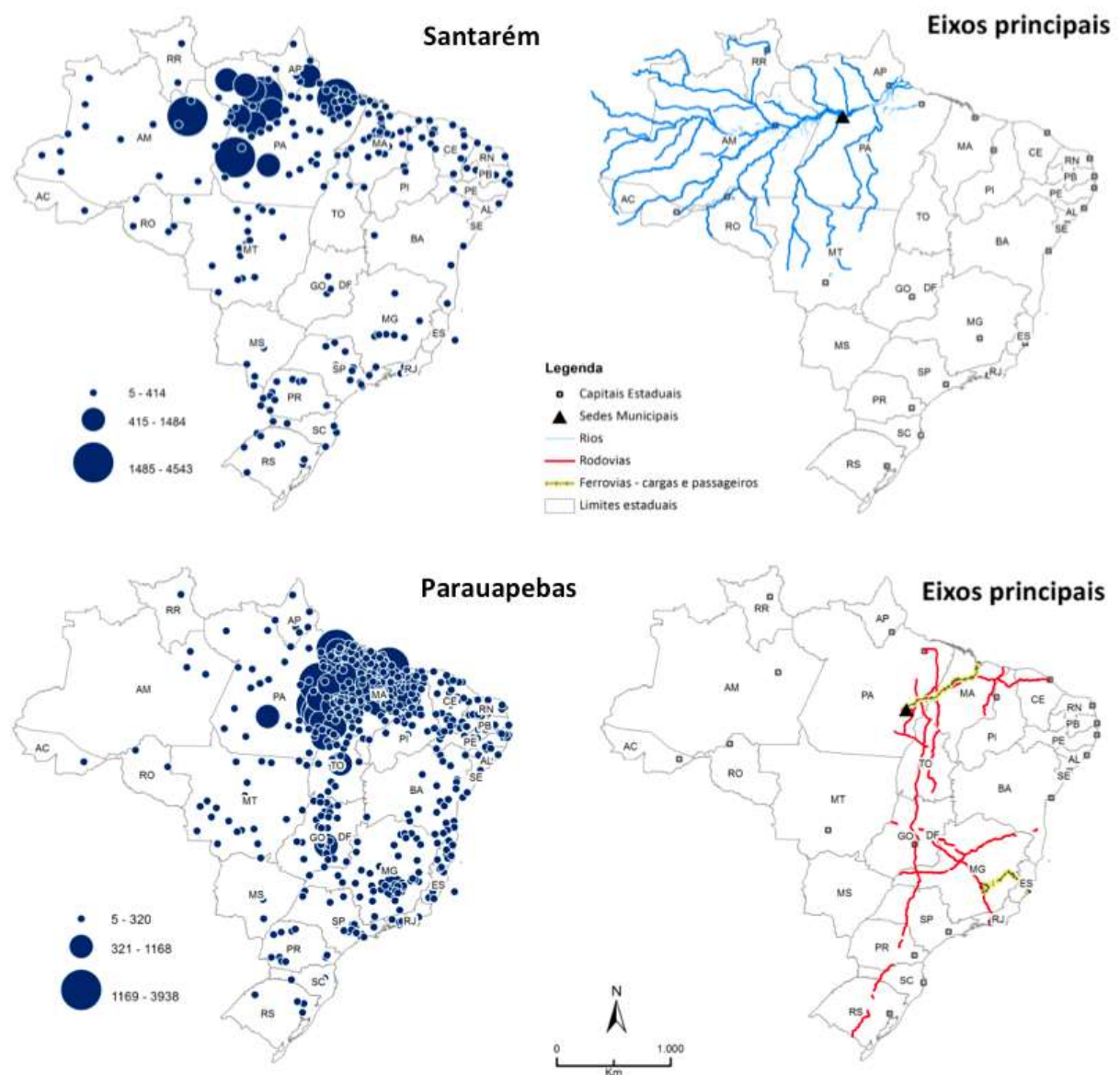
Como se pode visualizar na Figura 22, esses fluxos migratórios estão associados, em grande medida, às conexões viabilizadas pelas malhas de transporte. Em alguns casos, como em Santarém, predominam os rios (transporte fluvial) e, em outros, como em Parauapebas, predomina o transporte terrestre (tanto rodoviário quanto ferroviário). E há casos ainda mais específicos onde se pode visualizar o peso de uma rodovia específica, como é o caso da BR-163 para Altamira, e a rodovia Belém-Brasília, para São Félix do Xingu (Apêndices 4, 5 e 6).

Analisando os mapas com a origem dos imigrantes de última etapa e os principais fluxos de transporte nos Apêndices 4, 5 e 6 pode-se visualizar com clareza a relação entre as malhas de transporte e as origens migratórias. Santarém e Itaituba apresentam como origem de seus migrantes de última etapa as pessoas originárias principalmente de municípios próximos no Pará e outros

municípios no Amazonas, o que remete a um tipo de conexão associada principalmente pelo transporte através da malha hídrica. Já nos casos dos demais municípios é patente a importância das rodovias, que estruturam uma forma de ocupação do espaço.

FIGURA 22 – Volume de imigrantes de última etapa residentes em Santarém e Parauapebas em 2010, segundo o município de origem, e os eixos principais de ligação

Volume de imigrantes de última etapa residentes em Santarém e Parauapebas em 2010, segundo o município de origem, e os eixos principais de ligação.



Sistema de Coordenadas Geográficas – Datum Sirgas 2000
 Fonte dos Dados: Espaciais: IBGE (Censo 2010 – Municípios e UFs) e IBAMA (Rios, Estradas e Ferrovias). Estatísticos: IBGE – Microdados da Amostra - Censo 2010.
 Elaboração: Ricardo Dagnino (2013)

Fonte: IBGE (2010a) (Microdados da Amostra) e IBAMA (Rios, Estradas, e Ferrovias).

As estradas significaram um importante avanço do Estado Nacional na Amazônia no sentido de federalizar as terras, mesmo as que não saíram do papel, ou seja, as que foram somente planejadas. Nesse sentido, a Lei nº 1164 (BRASIL, 1971) declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias construídas, em construção ou planejadas na Amazônia Legal. Huertas (2007, p. 103) calcula que, “de uma tacada só, houve um verdadeiro confisco do controle de cerca de 21.500 mil km de terras contínuas, agora sob a supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”.

Schmink e Wood (2012, p. 220) mencionam que o processo de federalização das áreas estaduais através da criação ou proposta de criação de estradas pelo governo federal durante a vigência do Decreto Lei nº 1164 (BRASIL, 1971), tornava áreas de interesse federal áreas no entorno das estradas, mesmo aquelas que não saíssem do papel. Esse dispositivo, que era automático, vigorou até ser revogado, em 1987 (Brasil, 1987). Entretanto, todas as áreas de entorno de estradas já planejadas (mesmo que não implementadas) continuaram sendo consideradas por lei de interesse federal.

Em especial sobre a porção sul de São Félix do Xingu e Altamira, o Decreto Lei nº 1473 (BRASIL, 1976) incluía no decreto de 1971 um trecho da BR-158, que ia de Barra do Garças (MT) até Altamira, passando por Xavantina, São Felix do Araguaia, São Félix do Xingu, numa extensão de aproximadamente 1.600 Km. Atualmente, a BR-158 liga Santana do Livramento (RS) à cidade de Redenção (PA), sendo que o trecho entre Redenção e Altamira ainda consta no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) como rodovia planejada.

De acordo com Souza Jr. et al. (2005), o avanço de estradas aendógenas é duas a três vezes menor nas as unidades de conservação e terras indígenas do que nas demais áreas, o que indica que áreas protegidas têm freado mas não impedido o crescimento de estradas endógenas.

Comparação entre migrante e não migrante

A seguir analisamos algumas características da população migrante e não migrante. O migrante foi definido como a pessoa que residia há menos de 10 anos ininterruptos no município onde foi recenseada em 2010. A origem da migração pode ser outro município – da mesma UF ou das demais UF's assim como pode ser país estrangeiro. O não migrante é aquele que, independentemente da naturalidade em relação ao município ou à UF, reside a mais de 10 anos ininterruptos no município.

Para os seis municípios selecionados, separamos não migrantes e migrantes para avaliar a população residente por sexo e grandes grupos de idade, razão de sexos, população em idade ativa,

população economicamente ativa, população ocupada, população ocupada nos setores da economia e o grau de informalidade.

A tabela 7 inclui, além dos seis municípios, Belém na comparação das razões de sexo por apresentar uma situação de predomínio feminina muito diferenciada em relação ao Pará. Em 4 municípios a razão de sexo dos migrantes é menor do que a dos não migrantes. Destacamos Santarém e Belém, cujas razões de sexo dos dois grupos são menores do que 100. Ou seja, a população é majoritariamente feminina, principalmente entre aqueles que migraram há menos de 10 anos. Em Parauapebas, Marabá e São Félix, predominam os homens na população total, sendo isto ainda mais destacado entre os migrantes. Neste último município encontramos a maior disparidade entre os sexos. A população migrante de Altamira é predominantemente feminina, com razão de sexo 98,2 enquanto que a não migrante é mais masculina (ver a distribuição por grandes grupos etários e por sexo no Apêndice 7).

TABELA 7 – Razão de Sexos da população migrante, não migrante e total, percentual de migrantes por município

Município em 2010	Razão de sexo			Percentual de migrantes na população
	Não migrante	Migrante	Total	
Altamira	101,8	98,2	101,1	18,1
Itaituba	103,3	107,4	103,9	15,0
Marabá	102,4	102,1	102,4	23,6
Parauapebas	100,5	104,9	102,5	46,2
Santarém	98,2	92,9	97,6	9,8
São Félix do Xingu	113,7	116,5	114,2	16,4
Belém	90,2	85,5	89,7	9,1

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores

Uma informação importante obtida é o fato de que entre os 143 municípios do Pará, 99 apresentam razão de sexos dos migrantes menor do que a dos não migrantes. Isto significa que, no primeiro caso – em que as razões de sexo destes dois grupos são maiores que 100 – a **sobressalência** de homens em relação às mulheres entre migrantes é menor quando comparada com a população de não migrantes. No segundo caso, quando as razões de sexo são menores do que 100, significa que as mulheres predominam na população total, mas principalmente entre os migrantes. Por último, quando a razão de sexo dos não migrantes é maior do que 100 e está abaixo deste valor para os migrantes, interpretamos que há predomínio feminino entre aqueles que migraram nos últimos 10 anos para o município e predomínio masculino entre os que são não migrantes. Interessante também foi verificar que o segundo e o terceiro caso – em que a razão de sexos dos migrantes foi menor do que 100 – ocorreram em 66 municípios. Contrariamente ao que se espera: que a migração

é característica dos homens que vão trabalhar em outro município; observamos casos em que, entre os migrantes, o número de mulheres é maior do que o de homens.

A população com 10 anos ou mais de idade, também conhecida como População em Idade Ativa (PIA), em 2010, foi dividida em migrante e não migrante (Tabela 8). A PIA não migrante dos municípios selecionados do URBISAmazônia é de cerca de 600 mil pessoas, enquanto que em Belém este grupo representa 1 milhão de pessoas. Por outro lado, a soma da PIA migrante dos seis municípios (170 mil) é maior do que a PIA migrante de Belém (112 mil). Em Belém, a PIA migrante representava menos de 10% da PIA total, proporção parecida com Santarém, mas bem abaixo quando comparada com Parauapebas, onde a PIA é composta em sua metade por imigrantes.

TABELA 8 – População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Ocupada nos seis municípios segundo a condição de migrante ou não em números absolutos e percentuais, 2010

Município	População em Idade Ativa					
	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	64 678	15 109	79 787	81,1	18,9	79 787
Itaituba	66 292	12 104	78 396	84,6	15,4	78 396
Marabá	139 728	45 428	185 156	75,5	24,5	185 156
Parauapebas	61 919	60 148	122 067	50,7	49,3	122 067
Santarém	210 304	24 262	234 566	89,7	10,3	234 566
São Félix do Xingu	61 279	12 702	73 981	82,8	17,2	73 981
Belém	1 076 120	111 906	1 188 026	90,6	9,4	1 188 026
Município	População Economicamente Ativa					
	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	35 999	9 324	45 323	79,4	20,6	45 323
Itaituba	33 800	6 875	40 675	83,1	16,9	40 675
Marabá	75 645	27 552	103 197	73,3	26,7	103 197
Parauapebas	33 388	38 181	71 569	46,7	53,3	71 569
Santarém	112 226	13 439	125 665	89,3	10,7	125 665
São Félix do Xingu	28 851	6 636	35 487	81,3	18,7	35 487
Belém	598 615	64 974	663 589	90,2	9,8	663 589
Município	População Ocupada					
	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	33 502	8 785	42 287	79,2	20,8	42 287
Itaituba	31 245	6 496	37 741	82,8	17,2	37 741
Marabá	68 175	25 059	93 234	73,1	26,9	93 234
Parauapebas	30 053	33 751	63 804	47,1	52,9	63 804
Santarém	102 567	11 989	114 556	89,5	10,5	114 556
São Félix do Xingu	26 418	6 210	32 628	81	19	32 628
Belém	537 146	58 252	595 398	90,2	9,8	595 398

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

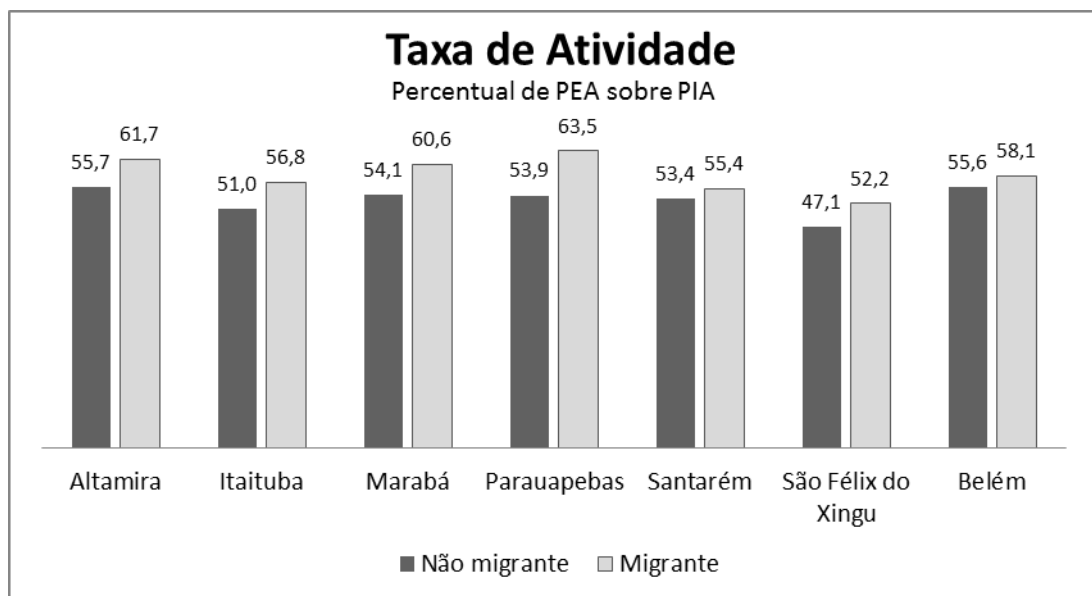
A Taxa de Atividade (Figura 23), que equivale ao percentual de População Economicamente Ativa (PEA) em relação à PIA, é maior entre os migrantes do que os não migrantes para todos os

municípios comparados. Esta diferença é ainda maior para os municípios de Parauapebas, Marabá, Altamira e Itaituba.

A Taxa de Desocupação (Figura 24), percentual de população sem ocupação sobre PEA, é maior entre os não migrantes, exceto nos municípios de Parauapebas e Santarém. Esta diferença é superior no município de Parauapebas.

Cabe ressaltar que Parauapebas apresenta a maior Taxa de Atividade entre os migrantes ao mesmo tempo em que apresenta a maior Taxa de Desocupação. São Félix do Xingu possui as Taxas de Atividade de migrante e não migrantes mais baixas, em relação aos outros municípios.

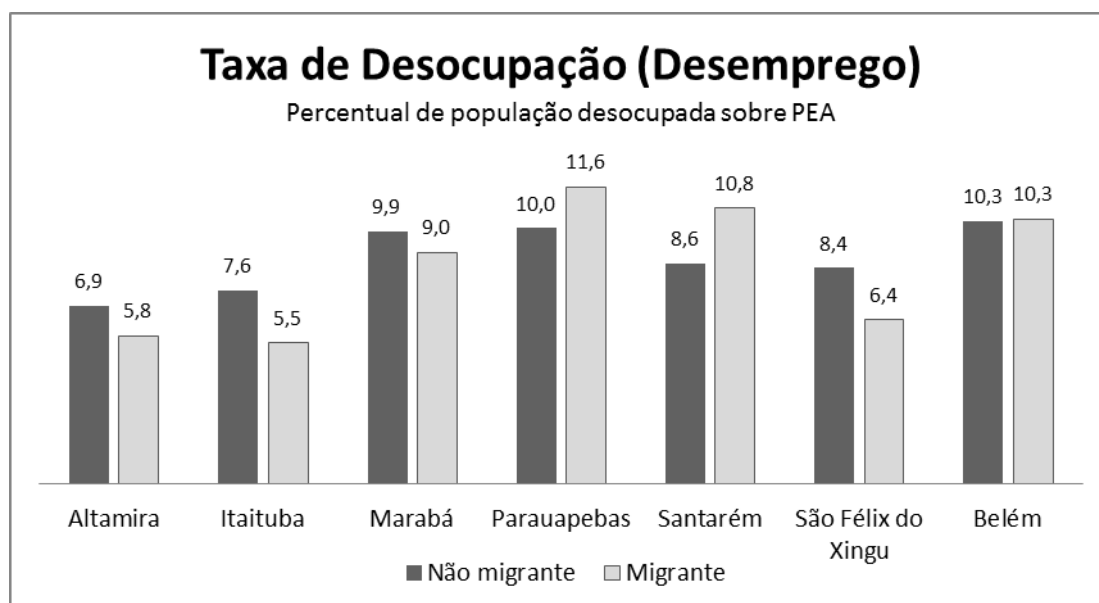
FIGURA 23 - Taxa de Atividade da população migrante e não migrante nos municípios



Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

FIGURA 24 - Taxa de Desocupação (desemprego) da população migrante e não migrante nos municípios

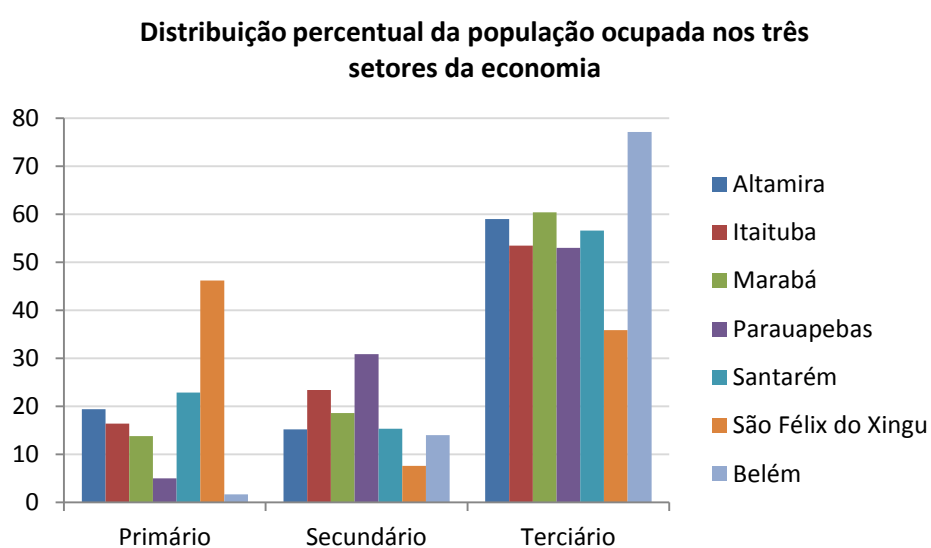


Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

A Figura 25 e a tabela do Apêndice 8, mostram a distribuição da população ocupada nos três setores da economia. Existe predominância do setor de serviços (terciário) em todos os municípios exceto São Félix do Xingu, onde 36% da população estavam ocupadas neste setor. São Félix do Xingu, por sua vez, é o município com maior percentual de população ocupada na agropecuária (primário).

FIGURA 25 - Percentual de população ocupada total nos três setores da economia

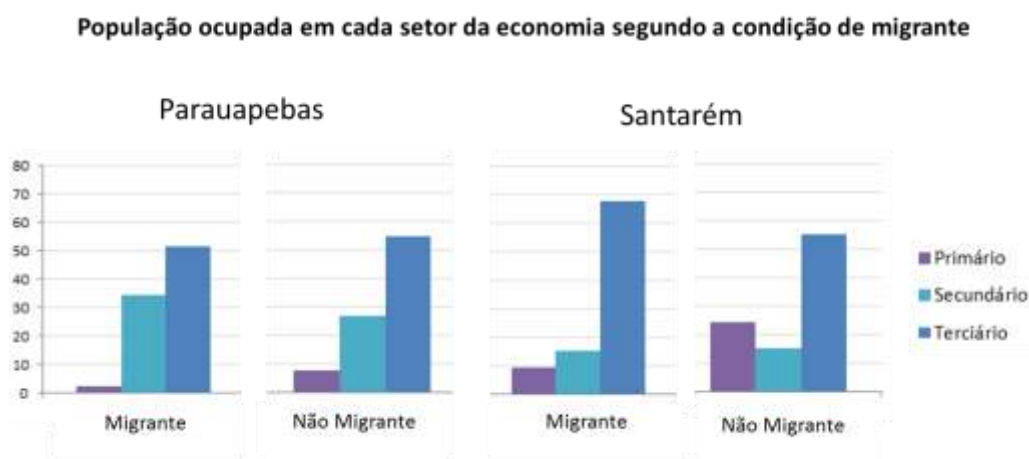


Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

Outra análise possível a partir da tabela do Apêndice 8 está na Figura 26. Percebe-se que em Parauapebas o percentual de população migrante ocupada na indústria (secundário) é superior a população não migrante, 34,6% e 26,7% respectivamente. Em Santarém, o percentual de população migrante no setor terciário supera os não migrantes, e no setor primário é o contrário, ou seja, o percentual de população não migrante é superior ao da população migrante.

FIGURA 26 - Percentual de população ocupada em cada setor da economia segundo a condição de migrante, Parauapebas e Santarém, 2010



Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

Na Tabela 9 e na Figura 27 apresentamos o Grau de informalidade para cada município. O Grau de Informalidade significa a relação entre a soma população de empregados sem carteira, mais os trabalhadores por conta própria, mais os trabalhadores não-remunerados em relação a soma dos trabalhadores protegidos (com carteira) mais os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria, não-remunerados, mais os empregadores.

É interessante observar que a população migrante está mais inserida no mercado de trabalho formal do que os não migrantes, exceto em São Félix do Xingu e Belém. Porém, na capital do Pará, a diferença para os dois grupos de população é praticamente nula e a informalidade é baixa comparativamente as demais municípios. Apenas Parauapebas apresentou menor informalidade do que Belém.

Esse fato de a população não migrante ser mais informal do que os migrantes também foi observado para o Pará. O grau de informalidade foi 60,7 para os migrantes e 65,1 para os não migrantes.

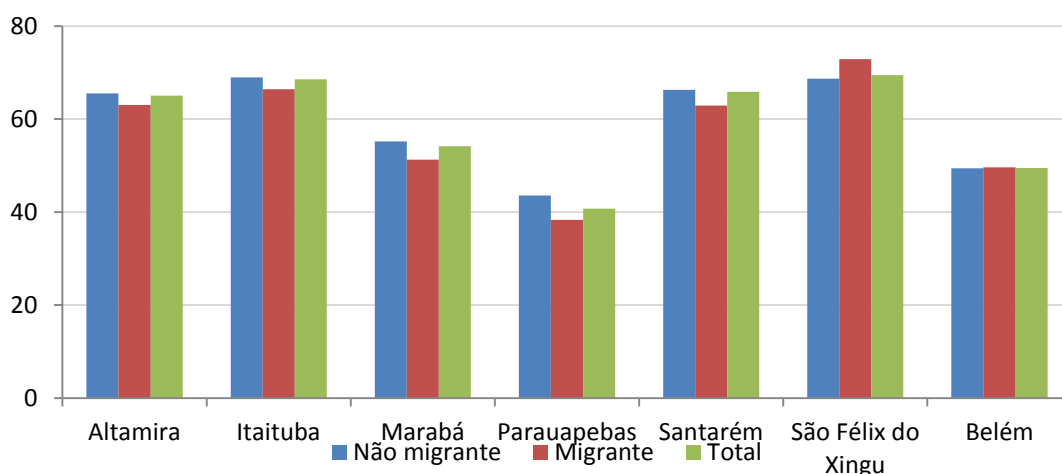
TABELA 9 – Grau de informalidade da população residente não migrante, migrante e total segundo município de residência em 2010

Município em 2010	População residente		
	Não migrante	Migrante	Total
Altamira	65,54	63,08	65,02
Itaituba	69,00	66,42	68,55
Marabá	55,23	51,28	54,15
Parauapebas	43,56	38,32	40,75
Santarém	66,26	62,93	65,88
São Félix do Xingu	68,67	72,90	69,47
Belém	49,44	49,62	49,46

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Grau de informalidade segundo a definição 1 do IPEA: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores). Elaboração dos autores.

FIGURA 27 - Grau de Informalidade da população, segundo a condição de migrante



Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

Em relação aos rendimentos, observamos que os migrantes apresentam rendimento maior do que a população de não migrantes (Tabela 10). Essa diferença aparece destacadamente em Santarém em que a população migrante tem o dobro do rendimento médio em relação àqueles que residem há mais de dez anos.

TABELA 10 – Média e mediana do rendimento no trabalho principal (R\$) dos migrantes e não migrantes segundo município, 2010

Município em 2010	Não migrante		Migrante	
	Média	Mediana	Média	Mediana
Altamira	830,80	510	1 058,83	600
Itaituba	811,93	510	1 208,98	600
Marabá	960,22	580	1 251,56	630
Parauapebas	1 150,26	800	1 285,07	800
Santarém	685,85	510	1 380,06	600
São Félix do Xingu	832,48	510	862,08	510
Belém	1 332,60	600	1 554,25	600

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

Mobilidade pendular

As informações consideradas neste item referem-se à mobilidade pendular para trabalho das cidades que são o foco desse trabalho. Por mobilidade pendular compreende-se os movimentos intermunicipais realizados com regularidade, diários ou frequentes, por um indivíduo em razão de trabalho ou estudo.

Na análise de mobilidade foram consideradas as variáveis originadas das perguntas sobre deslocamento (“Em que Município e UF ou País estrangeiro que frequentava trabalho?”; “Em que UF trabalha?”; “Em que Município trabalha?”; “Em que País estrangeiro trabalha?”). Assim, os locais de origem aqui considerados (ou seja, o município declarado como residência) são municípios do Pará, outros estados ou países.

A Tabela 11 apresenta a população que trabalha nos municípios considerados, mas reside em outra localidade. Para Marabá e Parauapebas o grupo representa mais de 5 mil indivíduos que praticam tal deslocamento (5 548 se deslocam para Marabá e 6 121 vão para Parauapebas), sendo que nos outros municípios o número de pessoas é consideravelmente menor, menos da metade.

Ares e Mikkelsen (2009/2010, p. 109) destacam que quando as pessoas se deslocam, geram novas relações sociais ou transformam as pré-existent, afetando as estruturas econômicas e demográficas tanto nos locais de origem como nos locais de destino. Deste modo, a população que circula por estes municípios, mas não são considerados como residentes desempenha um papel significativo na transformação da realidade dessas cidades.

A Tabela 12 apresenta o número de indivíduos pessoas que residem nas cidades-nós e trabalham em outros municípios. O total desse grupo é menor para todos os municípios quando comparado com o movimento anterior, exceto em Santarém, onde o grupo representa o dobro do anterior. Para São Félix do Xingu, o grupo é reduzido para apenas 110 indivíduos, sendo que nas outras localidades esse número é maior.

Destaca-se a troca de trabalhadores entre as cidades de Marabá e Parauapebas em ambas as tabelas. Cabe salientar que são municípios vizinhos e que ambos abrigam atividades de grandes mineradoras. Em Parauapebas, 47,3% das pessoas que saem para trabalhar têm como destino Marabá. Também é relevante o movimento contrário, 16,6% das pessoas que se deslocam de Marabá para trabalhar vão para Parauapebas.

É importante ponderar acerca da escala territorial e temporal em relação à mobilidade. Ares e Mikkelsen (2009/2010) sustentam que as pessoas se mobilizam em escalas territoriais que vão desde uns poucos metros até grandes distâncias; bem como as escalas temporais podem variar de minutos a anos. Estão incluídas aí as pequenas e grandes viagens, os deslocamentos cotidianos, dentre outros deslocamentos possíveis.

Isso auxilia a entender as grandes distâncias percorridas entre alguns municípios. Não está sendo considerado nas tabelas nem o tempo gasto para deslocamento ou o tempo que se vive no município de residência ou no de trabalho. Para a coleta do Censo Demográfico, um indivíduo pode se ausentar do domicílio de residência por até 12 meses, quando alocado em algum tipo de moradia provisória, como pensionatos ou repúblicas, e ainda sim será considerado um morador. Isso auxilia na compreensão dos casos de deslocamentos declarados em localidades distantes, como de origem no Maranhão para Parauapebas, ou do Amazonas para Santarém, ou até residentes em São Paulo que trabalham em Santarém.

TABELA 11 – Pessoas (em percentual) que trabalham nos 6 municípios mas residem fora dele, segundo origem (local de residência em 2010) e destino (município em que trabalha)

Município em que trabalha (destino)											
Marabá		Parauapebas		São Félix do Xingu		Altamira		Santarém		Itaituba	
Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele	Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele	Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele	Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele	Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele	Origem (local de residência em 2010)	Pessoas (%) que trabalham no município mas residem fora dele
Parauapebas	16,3	Maranhão	27,6	Tucumã	38,7	Mato Grosso	29,1	Amazonas	21,9	Santarém	19,8
Maranhão	12,6	Curionópolis	6,7	Goiás	9,9	Ananindeua	5,1	Belterra	19,4	Novo Progresso	13,6
Belém	7,7	Marabá	5,8	Tocantins	8,6	São Paulo	4,9	Belém	9,9	Maranhão	10,1
Tocantins	5,5	Barcarena	4,0	Maranhão	4,9	Medicilândia	4,7	Itaituba	4,0	Trairão	9,5
São João do Araguaia	4,7	Canaã dos Carajás	4,0	Redenção	4,1	Vitória do Xingu	4,6	Monte Alegre	3,8	Mato Grosso	6,6
Soma	46,8	Soma	48,1	Soma	66,2	Soma	48,5	Soma	59,0	Soma	59,6
Total	5 548	Total	6 121	Total	1 528	Total	1 458	Total	1 536	Total	1 058

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

Tabela 12 – Pessoas (em percentual) que trabalham fora dos 6 municípios, segundo origem (local de residência em 2010) e destino (local em que trabalha)

Origem (local de residência em 2010)											
Marabá		Parauapebas		São Félix do Xingu		Altamira		Santarém		Itaituba	
Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios	Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios	Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios	Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios	Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios	Destino (local em que trabalha)	Pessoas (%) que trabalham fora dos 6 municípios
Parauapebas	16,6	Marabá	47,3	Ourilândia do Norte	48,2	Brasil Novo	19,1	Oriximiná	14,9	Jacareacanga	18,2
Itupiranga	9,6	Canaã dos Carajás	15,2	Tucumã	18,2	Vitória do Xingu	15,6	Juruti	12,6	Trairão	10,9
Novo Repartimento	5,4	Maranhão	8,9	Ignorado	11,8	Medicilândia	13,4	Amazonas	12,4	Ignorado	8,9
Eldorado dos Carajás	5,4	Curionópolis	2,4	Conceição do Araguaia	10,9	Senador José Porfírio	10,5	Prainha	8,1	Novo Progresso	7,8
Ipixuna do Pará	4,8	Pará, não sabe município	2,0	Redenção	10,9	Anapu	6,8	Itaituba	6,9	País estrangeiro	7,7
Soma	41,8	Soma	75,7	Soma	100,0	Soma	65,4	Soma	54,9	Soma	53,6
Total	2 128	Total	1 913	Total	110	Total	1 415	Total	3 041	Total	987

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaboração dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estradas realizam atualmente as mesmas funções que os rios realizaram no passado e representam a concretude do processo de ocupação, gerando formas de ocupação do território, e servindo como conexões que constituem uma rede da qual os municípios mais populosos do URBISAmazônia, são os nós, as “cidades-nós”.

Das seis “Cidades-Nós”, quatro estão mais conectadas através de estradas: Altamira, São Félix do Xingu, Marabá e Parauapebas. Estas duas últimas são também influenciadas pela presença da ferrovia que liga a região com São Luís (MA). Os outros dois municípios, Santarém e Itaituba, também estão em eixos rodoviários importantes, entretanto ainda se beneficiam das conexões propiciadas pelas malhas hídricas, conforme pode ser observado no Apêndice 4.

Nos municípios em análise observa-se que as trocas migratórias mais relevantes acontecem com municípios relativamente próximos, muito embora o estado do Maranhão seja a principal origem dos migrantes residentes em Parauapebas (44,1%), Marabá (28,9%) e Itaituba (17,6%). Em relação à Altamira, 19% dos imigrantes são originários dos municípios do Mato Grosso, enquanto no caso de São Félix do Xingu destaca-se a importância dos estados de Goiás (14,9%) e Tocantins (13,2%) como origens dos imigrantes. Esses fluxos migratórios estão associados, em grande medida, às conexões viabilizadas pelas malhas de transporte destacadas nas figuras dos Apêndices 4, 5 e 6.

Em termos de origem dos imigrantes das cidades-nós, as figuras nos Apêndices 4, 5 e 6 contêm os mapas dos municípios de origem, o volume de imigrantes de cada município e os eixos principais de acesso (rodovias, ferrovias, rios), aos quais denominamos de eixos estruturais e estruturantes dos municípios. Os mapas permitem visualizar alguns aspectos interessantes: (a) Belém é uma origem importante para os municípios de Santarém, Altamira, Marabá e Parauapebas; (b) os municípios situados ao longo das principais rodovias são origem de parte significativa dos imigrantes; esse é o caso, por exemplo, de Altamira e Itaituba, municípios cujas sedes são identificadas por pontos no eixo da Rodovia Transamazônica; (c) no caso de Altamira evidencia-se também a importância do eixo definido pela Rodovia BR-163; (d) nos casos de Marabá e Parauapebas há uma concentração dos municípios de origem na área compreendida pela divisa entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Nessa área destaca-se a ferrovia, que liga São Luís (MA) a Marabá (PA). Para esses dois municípios é evidente também a importância dos imigrantes originários dos municípios que estão ao longo do eixo da rodovia Belém-Brasília; (e) para São Félix do Xingu é importante também o eixo Belém-Brasília, mas também a conexão com o Piauí; e (f) o caso de Santarém é que se diferencia dos demais, tendo em vista que recebe migrantes principalmente dos municípios próximos, e principalmente de municípios de estados do Norte, como Manaus e Amapá, o que indica um padrão mais associado aos rios como eixos de transporte.

Na comparação entre migrantes e não migrantes em relação à inserção no mercado de trabalho e ao rendimento, observa-se que população migrante está mais inserida no mercado de trabalho formal do que a população não migrante, exceto em São Félix do Xingu. Já, em Belém, a diferença para os dois grupos de população é praticamente nula e a informalidade é baixa comparativamente aos demais municípios, à exceção de Parauapebas que apresenta menor taxa de informalidade do que Belém. Em relação aos rendimentos, observa-se que os migrantes apresentam rendimento maior do que a população de não migrantes. Essa diferença aparece destacadamente em Santarém em que a população migrante tem o dobro do rendimento médio em relação àqueles que residem há mais de dez anos no município.

REFERÊNCIAS

- ARES, S.; MIKKELSEN, C. Nuevas dinámicas residenciales en los asentamientos rurales del Litoral Sudeste Pampeano. **Breves Contribuciones del I.E.G.** Tucumán, Argentina, n. 21, p. 104-134, 2009/10. Disponível em: <<http://goo.gl/YR4Btv>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/bEiCUv>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- BECKER, B. Undoing myths: the Amazon - An urbanized forest. In: CLUSENER GODT, M.; SACHS, I. (Org.). **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region**. Paris, UNESCO; Parthenon Publish Group Limited, 1995.
- BRASIL. Decreto Lei nº 2375, de 24 de novembro de 1987. **Revoga o Decreto Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <<http://goo.gl/OfEQtm>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- _____. Decreto Lei nº 1473, de 13 de julho de 1976. **Altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1 de abril de 1971**. Brasília, DF, 1976. Disponível em: <<http://goo.gl/sEI8tc>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- _____. Decreto Lei nº 1164, de 1º de abril de 1971. **Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências**. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 2.375, de 24.11.1987). Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://goo.gl/CwTwNZ>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 45-46, jul./dez.1998. Disponível em: <<http://goo.gl/wGndQV>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CAPARROZ, M. **Modelo de construção de pirâmides etárias sinóticas**. Campinas, SP: Nepo/IFCH/Unicamp, dez.2013. (Versão 1).
- CARMO, R.; D'ANTONA, A. Transição demográfica e a questão ambiental: para pensar população e ambiente. In: _____ (Org.). **Dinâmicas demográficas e ambiente**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/eRwn45>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- CARVALHO, J.; SAWYER, D.; RODRIGUES, R. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2.ed. rev. reimpr. São Paulo, SP: ABEP, 1998. 2. ed. Disponível em: <<http://goo.gl/lubmmi>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- CORREA, V.; CARMO, R. O setor mineral e a dinâmica demográfica na Mesorregião Sudeste Paraense. In: GUIVANT, J.; JACOBI, P. (Org.). **Perspectivas ambientais: novos desafios teóricos e novas agendas públicas**. São Paulo, SP: Annablume, 2012.
- _____. **Fronteira da exploração mineral na Amazônia: o setor mineral e a dinâmica demográfica da Mesorregião Sudeste Paraense**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- CUNHA, J. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a03.pdf>>.
- D'ANTONA, Á. (Coord.). **Levantamento socioeconômico e demográfico da Terra do Meio**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, jun.2009. (Produto 1 - Diagnóstico socioeconômico da região da Terra do Meio). (Versão Final).

HOGAN, D.; D'ANTONA, Á.; CARMO, R. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E.; ALVES, D. (Org.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo, SP: EdUSP, 2008.

HUERTAS, D. **Da fachada atlântica ao âmagô da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. 2007. 332f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/AHhqce>>. Acesso em: 10 out. 2013.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010: microdados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2010a.

_____. **Malha digital municipal do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010b.

_____. **Censo Demográfico 2000: microdados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

_____. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, RJ, 1999. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 8). Disponível em: <<http://goo.gl/6Ja3CK>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Rio de Janeiro, RJ, s/d. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

JACOBS, J. **The economy of cities**. Vintage Book, 1970.

MONTEIRO, A.; CARDOS, A. Project URBISAmazônia: what is the nature of the urban phenomenon in the contemporary Amazônia? Cities, places, and networks in the multi-scale configuration of the urban setting in contemporary Amazônia. **GLP News – Newsletter of the Global Land Project**, n. 8, mar.2012.

MONTE-MÓR, R. L. M. **Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia**. 2004. Dissertação (Mestrado) - University of California, Los Angeles, 2004.

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1994.

PAES, N. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos estados brasileiros em 2000. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 39, n. 6, p. 882-890, dez.2005.

PINHEIRO, A. et al. Dinâmica demográfica e políticas públicas urbanas em áreas de influência de grandes projetos econômicos no Estado do Pará: o estudo de caso de Altamira, Marabá e Parauapebas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/A68XwU>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. et al. Dinâmica urbana do Estado do Pará (2000-2008). In: PEREIRA, R.; FURTADO, B. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/WEIVVo>>. Acesso em: 10 out. 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. Organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. In: _____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/CE9CbX>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém, PA: Editora da UFPA, 2012. (Primeira edição em inglês 1992).

SEPOF/PA. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. **Estatísticas Municipais**. Belém, PA: Governo do Estado do Pará, 2007.

SOUZA JR., C. et al. Avanço das estradas endógenas na Amazônia. **IMAZON o Estado da Amazônia**, Belém, PA, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/2jjwht>>. Acesso em: 10 out. 2013.

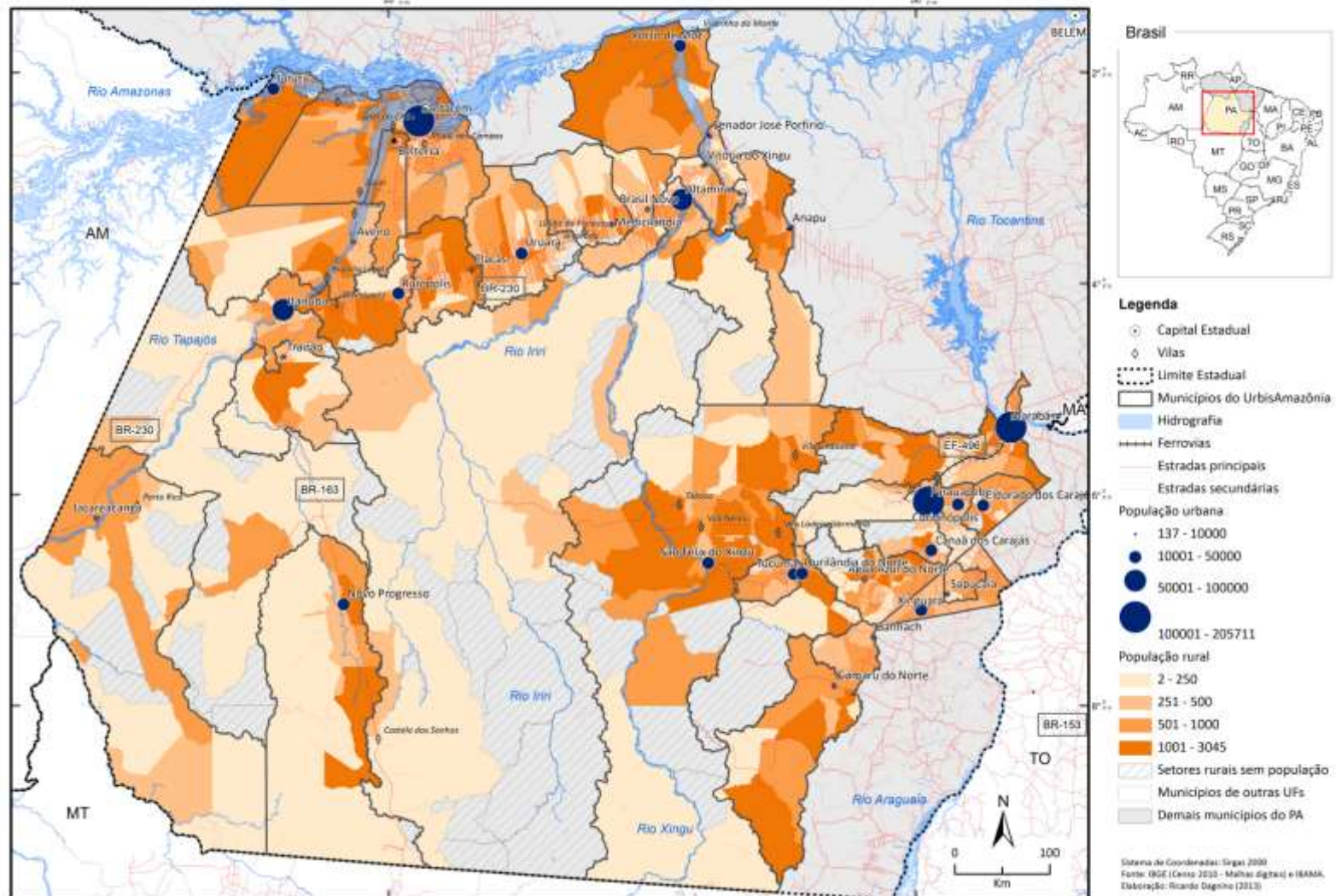
SZWARCWALD, C. et al. Busca ativa de óbitos e nascimentos no Nordeste e na Amazônia Legal: estimação das coberturas do SIM e do SINASC nos municípios brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde (Org.). **Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/oO55Ab>>. Acesso em: 10 out. 2013.

WONG, L.; CARVALHO, J. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun.2006. Disponível em: <<http://goo.gl/KN2Fht>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

APÊNDICES

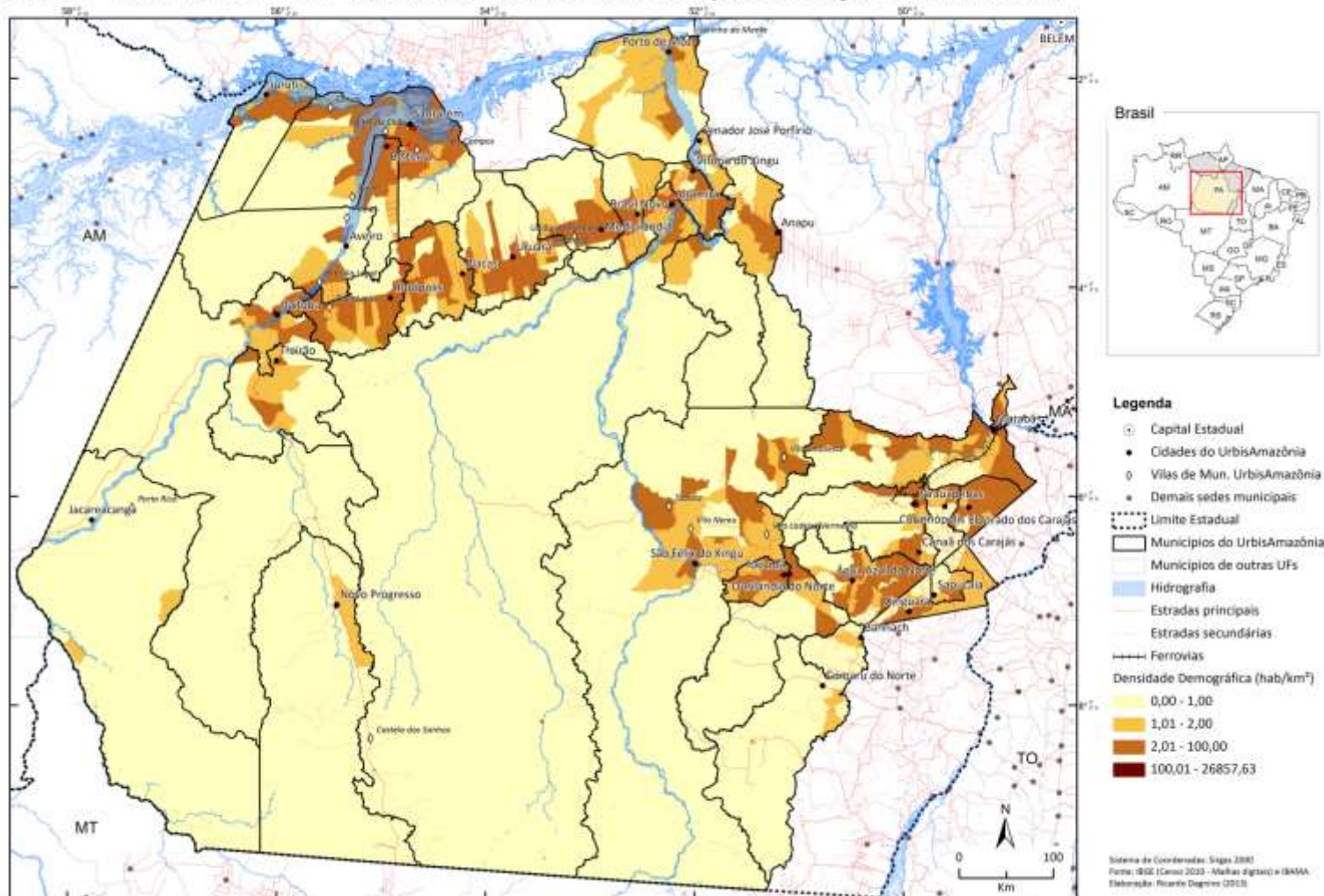
APÊNDICE 1 – População urbana e rural dos 31 municípios em 2010

Brasil - Estado do Pará - Setores censitários dos Municípios do projeto UrbisAmazônia



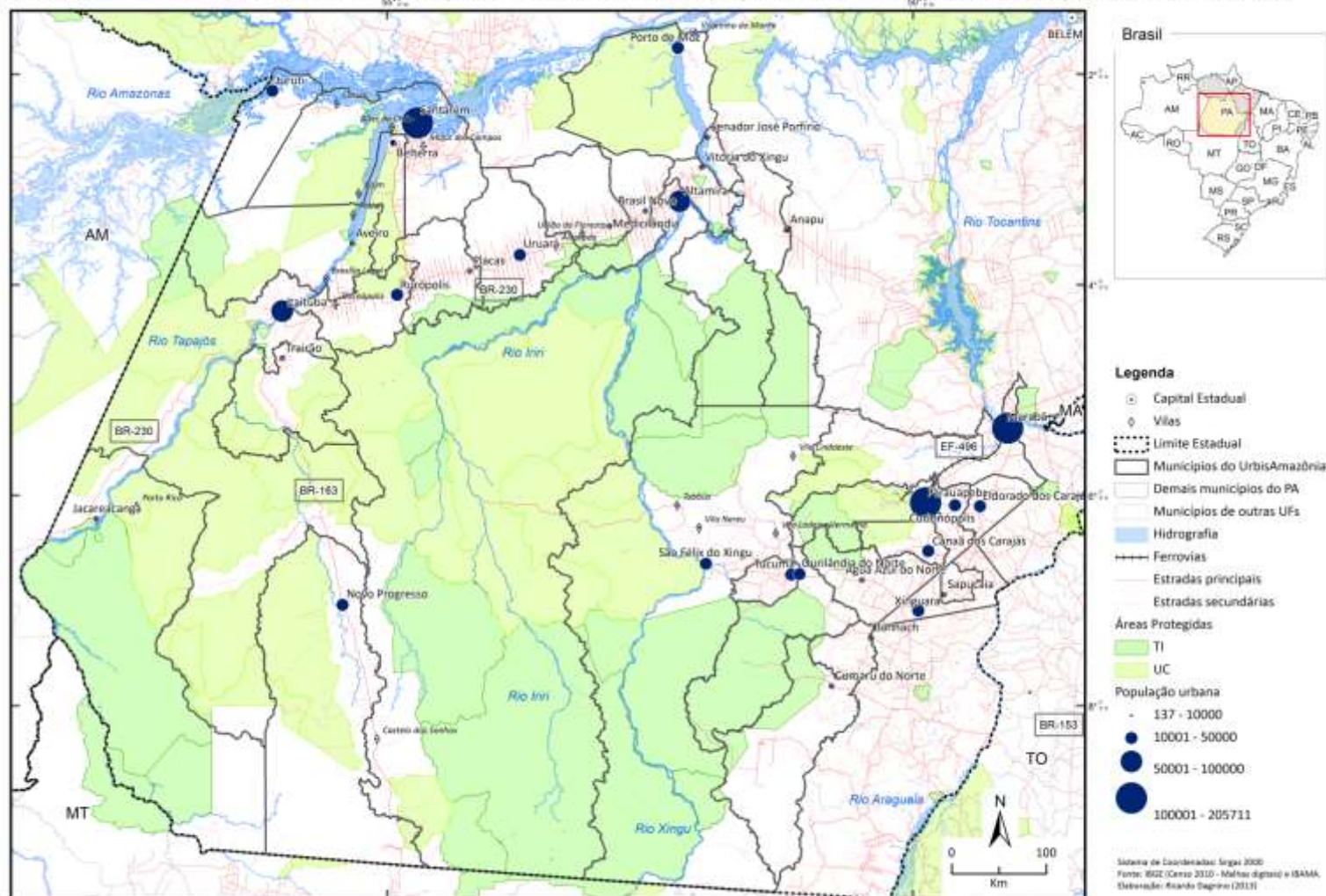
APÊNDICE 2 – Densidade demográfica da população total dos setores censitários (urbanos e rurais) em 2010

Brasil - Estado do Pará - Setores censitários dos Municípios do Projeto UrbisAmazônia



APÊNDICE 3 – População residente em áreas urbanas (vilas e cidades) e os limites das Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) em 2010

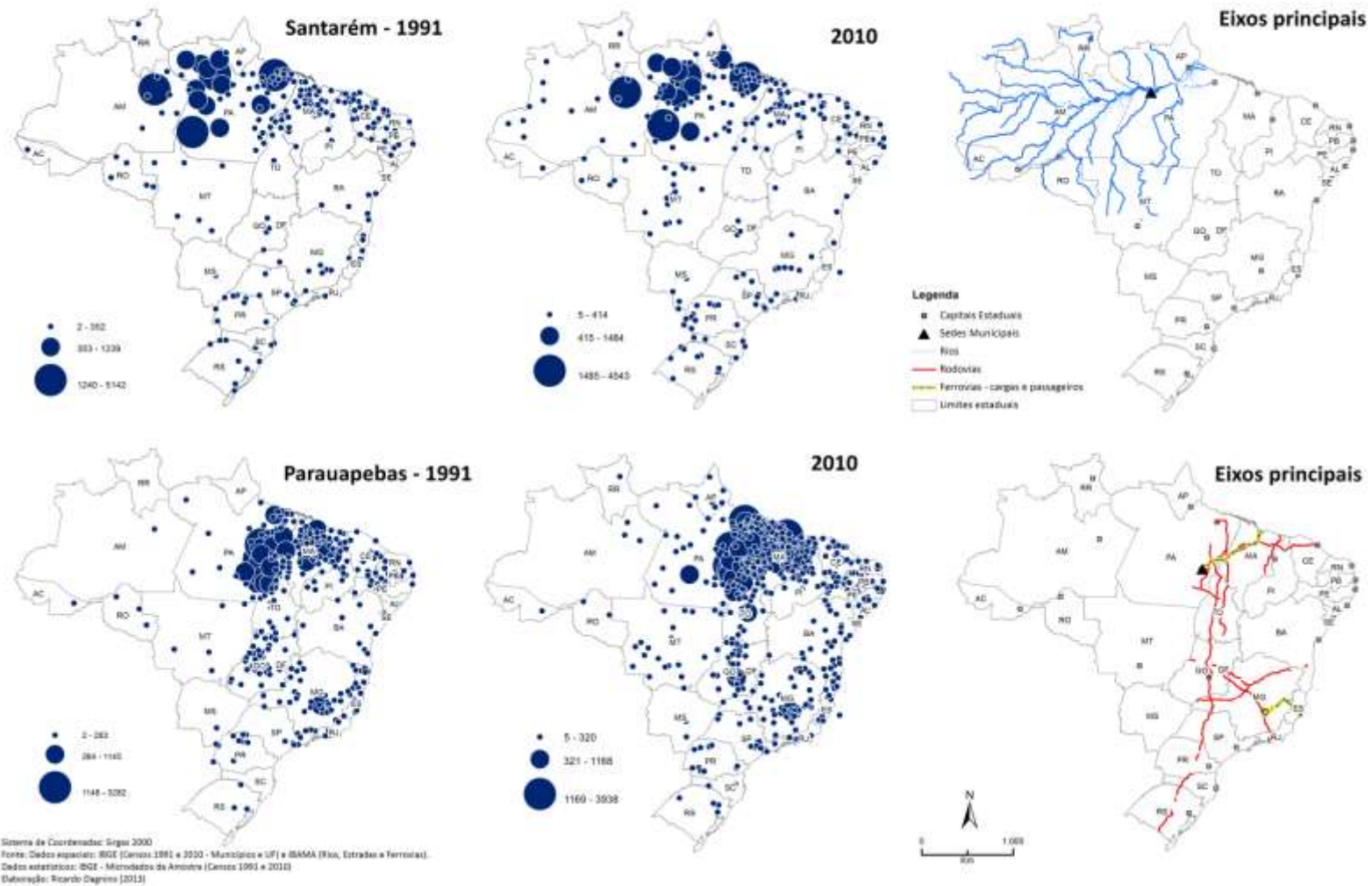
Brasil - Estado do Pará - População urbana e Áreas Protegidas nos Municípios do projeto UrbisAmazônia



APÊNDICE 4 – Residentes em Santarém e Parauapebas em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Santarém e Parauapebas

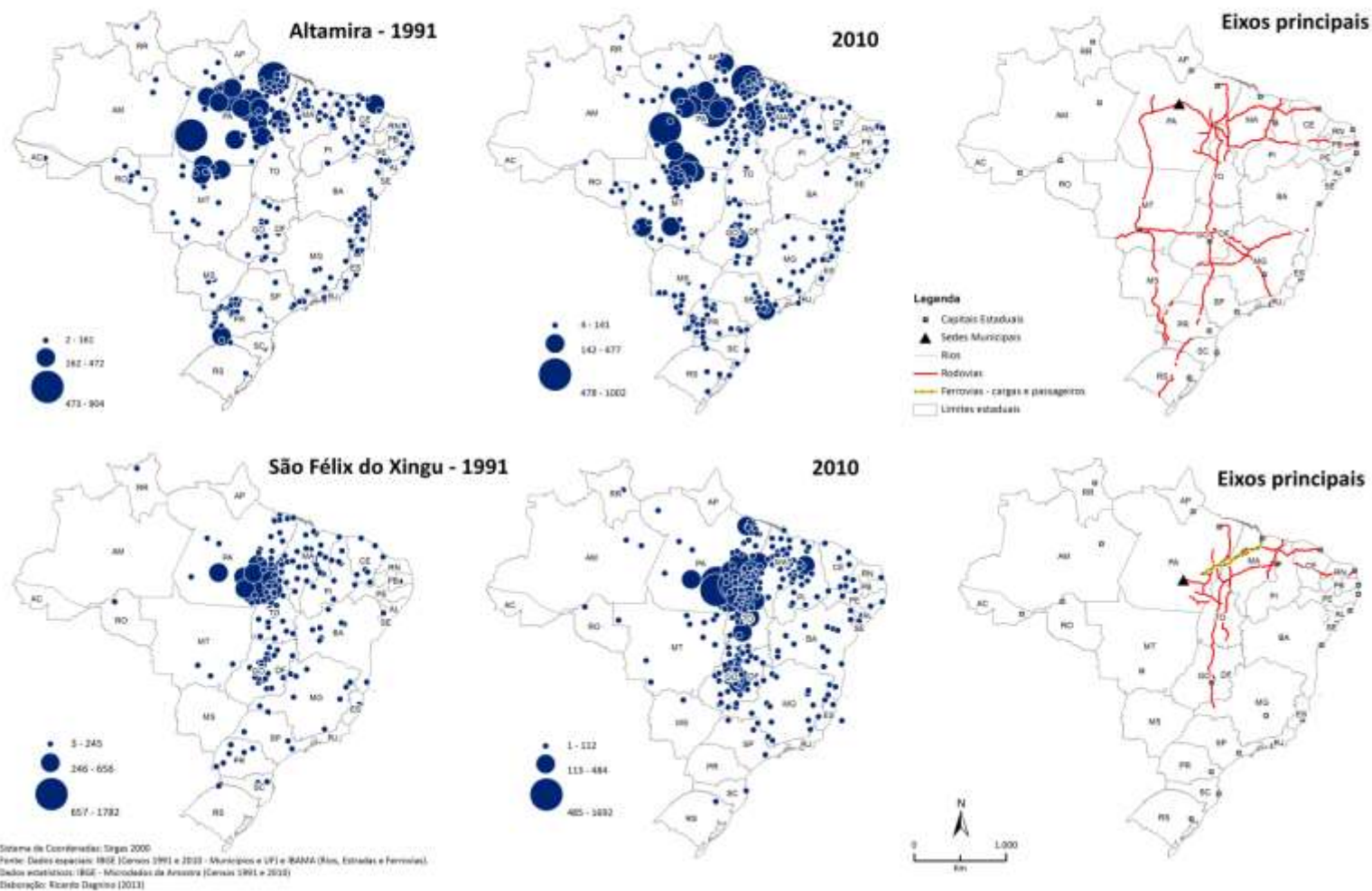
Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



APÊNDICE 5 – Residentes em Altamira e São Félix do Xingu em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Altamira e São Félix do Xingu

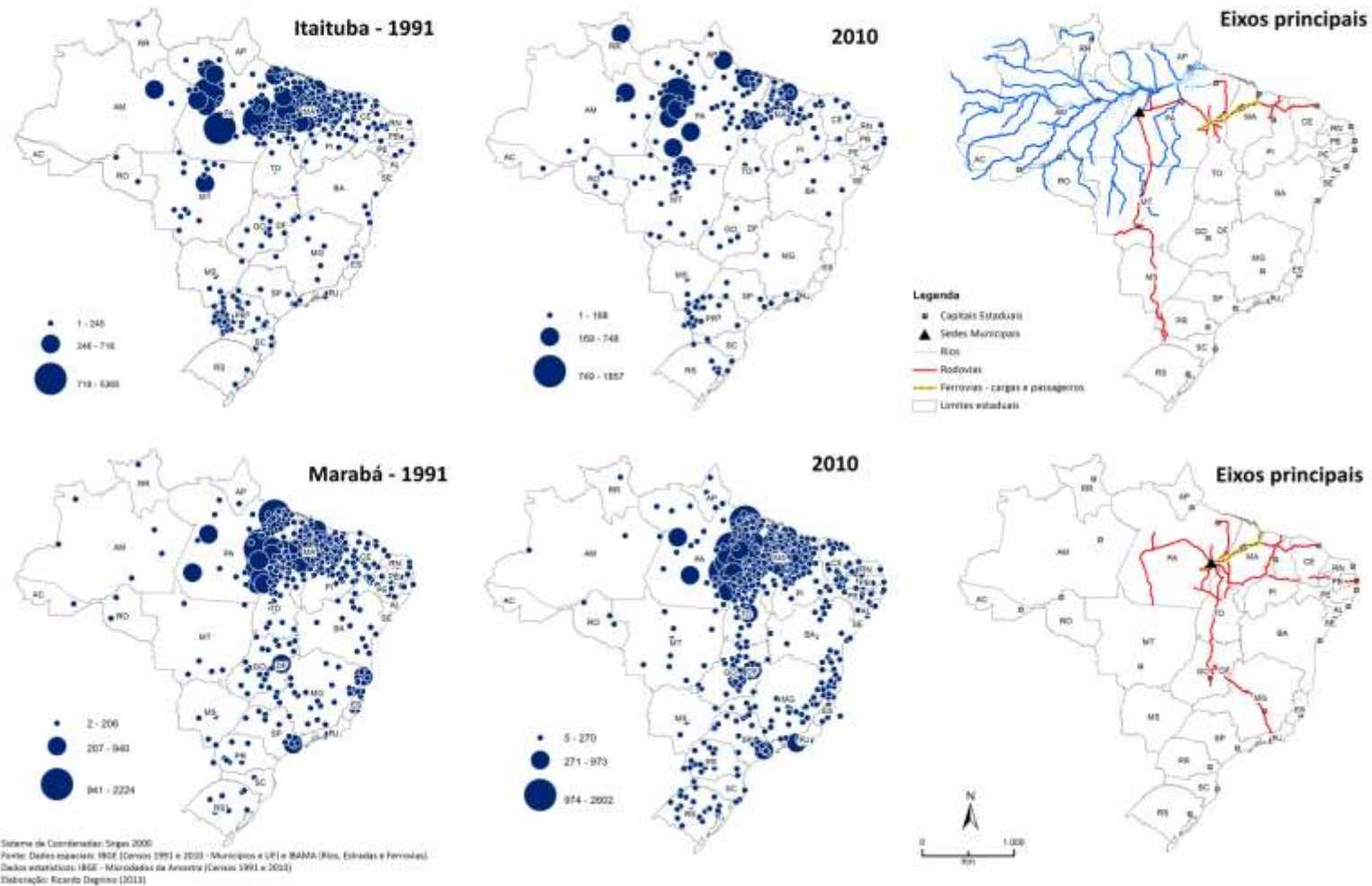
Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



APÊNDICE 6 – Residentes em Itaituba e Marabá em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Itaituba e Marabá

Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



APÊNDICE 7 – Percentual de população migrante e não migrante segundo o sexo e os grandes grupos etários

Município em 2010	Não migrante											
	Masculino				Feminino				Total			
	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total
	0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais	
Altamira	32,0	60,6	7,4	40 944	31,3	62,0	6,7	40 222	31,7	61,3	7,0	81 166
Itaituba	31,6	61,2	7,2	42 116	32,5	61,2	6,2	40 766	32,0	61,2	6,8	82 882
Marabá	33,2	60,2	6,6	90 359	32,4	61,3	6,3	88 216	32,8	60,7	6,4	178 575
Parauapebas	37,6	57,8	4,7	41 494	35,7	60,3	4,0	41 302	36,6	59,1	4,3	82 796
Santarém	32,7	59,4	7,9	131 663	31,7	60,0	8,4	134 110	32,2	59,7	8,2	265 773
São Félix do Xingu	29,6	65,5	4,9	40 606	32,1	64,5	3,4	35 708	30,8	65,0	4,2	76 314
Belém	25,4	66,3	8,2	600 526	22,0	66,7	11,2	666 008	23,6	66,6	9,8	1 266 534
Município em 2010	Migrante											
	Masculino				Feminino				Total			
	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total
	0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais	
Altamira	22,7	71,4	5,8	8 875	26,7	68,2	5,1	9 034	24,8	69,8	5,4	17 909
Itaituba	27,4	68,7	3,9	7 565	29,2	67,1	3,8	7 046	28,3	67,9	3,8	14 611
Marabá	25,8	71,3	2,9	27 837	27,9	69,5	2,7	27 257	26,8	70,4	2,8	55 094
Parauapebas	23,0	74,7	2,4	36 398	25,7	72,2	2,2	34 712	24,3	73,5	2,3	71 110
Santarém	27,8	69,1	3,0	13 869	25,0	71,6	3,4	14 937	26,4	70,4	3,2	28 806
São Félix do Xingu	23,8	71,6	4,6	8 085	24,3	72,7	3,0	6 941	24,0	72,1	3,9	15 026
Belém	21,7	74,1	4,2	58 482	18,9	76,7	4,4	68 383	20,2	75,5	4,3	126 865

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Nota: Elaboração dos autores

APÊNDICE 8 – População ocupada migrante e não migrante (em percentual) segundo setores da economia e município de residência em 2010

Município em 2010	Não migrante					Migrante de outro município ou país				
	Setores da economia				Total	Setores da economia				Total
	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado		Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Altamira	19,0	15,6	60,2	5,1	33 502	20,8	13,7	54,4	11,2	8 786
Itaituba	17,1	23,1	53,7	6,1	31 244	13,5	25,1	52,4	9,0	6 497
Marabá	14,4	17,3	61,0	7,3	68 174	12,1	22,3	58,8	6,8	25 059
Parauapebas	7,9	26,7	54,8	10,6	30 054	2,5	34,6	51,5	11,4	33 751
Santarém	24,5	15,3	55,3	4,9	102 567	9,6	15,4	67,8	7,1	11 989
São Félix do Xingu	45,4	7,5	37,4	9,6	26 419	49,7	7,9	29,2	13,2	6 210
Belém	1,6	13,9	77,3	7,2	537 146	2,6	15,3	75,9	6,2	58 252

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Nota: Elaboração dos autores

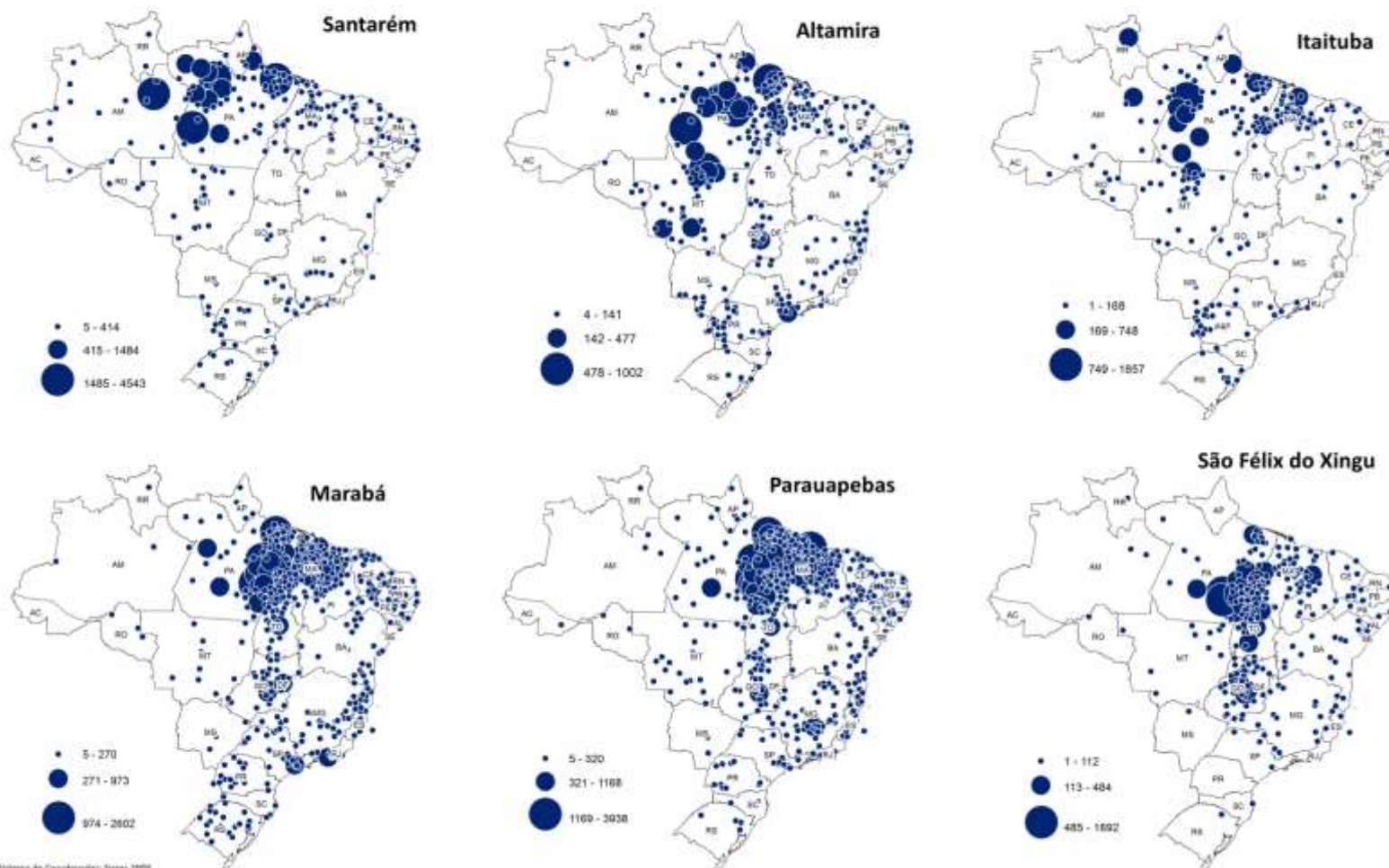
APÊNDICE 9 - Imigrantes de última etapa segundo município de residência em 2010 e principais municípios de origem do Maranhão

Altamira		Itaituba		Marabá		Parauapebas		Santarém		São Félix do Xingu	
Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)
Imperatriz	18,7	Imperatriz	12,8	Imperatriz	13,0	São Luís	8,4	São Luís	20,7	Imperatriz	11,3
Santa Luzia	6,9	São Luís	10,4	Açailândia	9,9	Imperatriz	5,8	Imperatriz	15,2	Açailândia	9,3
Arame	6,6	Santa Luzia	7,2	Santa Inês	7,5	Santa Inês	5,6	Dom Pedro	5,4	Bacabal	6,5
São Luís	5,8	Zé Doca	5,3	São Luís	6,5	Zé Doca	5,0	Araíoses	4,5	Arame	6,5
Porto Franco	4,6	Bom Jardim	4,8	Caxias	4,4	Bacabal	3,8	Bacabal	4,2	Barra do Corda	5,8
Pedreiras	4,2	Timon	4,6	Barra do Corda	2,8	Buritcupu	3,6	Coroatá	4,1	Santa Inês	5,7
São João do Carú	4,2	Buritcupu	4,5	Pedreiras	2,4	Açailândia	3,2	Pinheiro	3,6	Carolina	5,1
Esperantinópolis	3,5	Santa Inês	4,4	Bacabal	2,4	Santa Luzia	3,1	Balsas	3,3	Timon	5,0
Santa Inês	3,3	Dutra	4,0	Santa Luzia	2,3	Pindaré-Mirim	3,0	Buritcupu	2,9	Esperantinópolis	4,4
Codó	3,0	Caxias	3,8	Codó	1,9	Pinheiro	2,8	Chapadinh	2,7	São Luís	4,2
Total	60,9		61,7		53,0		44,3		66,6		63,8
Imigrantes	1 409		2 217		15 023		30 479		740		1 488

APÊNDICE 10 - Residentes nos seis principais municípios em 2010, segundo o município de origem (última etapa)

Brasil - Estado do Pará - Municípios selecionados - 2010

Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem



Sistema de Coordenadas: Siga 2009.
Fonte: IBGE (Censo 2010 - Mapas digitais) e IBAMA.
Elaboração: Ricardo Dagnino (2013)

APÊNDICE 11 - Residentes em Parauapebas em 2010, segundo o município de origem (última etapa) e principais eixos de transporte – com ênfase nos municípios do Pará e Maranhão

